



Pedreira, 04 de Maio de 2026

DO DIRETOR GERAL INTERINO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

COMUNICADO

REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 01/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DA READEQUAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO VISANDO O DEVIDO ESCOAMENTO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE PEDREIRA.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira comunica que, após pedido de esclarecimento enviado tempestivamente via e-mail, verificou que, houve um erro de digitação no item A.1.3.1.1 - Experiência do Responsável Técnico do Termo de Referência ao descrever os profissionais. Diante disso, fica alterado o Termo de Referência conforme abaixo, devendo os interessados que forem ofertar proposta realizar o download do edital alterado.

Onde se lê: "Será considerado apenas um profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental (Itens 1, 2 e 3 da Tabela 12.3) e um profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica (Item 4 da Tabela 12.3).

O correto se lê: Será considerado apenas um profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental (Item 3 da Tabela 12.3) e um profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica (Itens 1,2 e 4 da Tabela 12.3).

Onde se lê:" Obs: Para os itens 1 a 3 deverá ser apresentado apenas um único profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental. Já para o item 4 deverá ser apresentado apenas um único profissional Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica"

O correto se lê: "Obs: Para os itens 1, 2 e 4 deverá ser apresentado apenas um único profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica. Já para o item 3 deverá ser apresentado um único profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental."

Em razão desta alteração não trazer nenhum prejuízo na elaboração da proposta, a data da sessão pública permanecerá inalterada, conforme art. 55, §1º da Lei 14.133/2021.

Fica inalterado o que mais constava no Edital e em seus anexos, naquilo que não conflitar com o que está disposto acima.

Publique este comunicado nos jornais e demais sites que havia sido publicado anteriormente o resumo do edital e também no site www.saaepedreira.com.br.

Leonardo Selingardi
Diretor Geral Interino do SAAE



Pedreira, 16 de Abril de 2026

DO DIRETOR GERAL INTERINO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

COMUNICADO

REFERENTE À CONCORRÊNCIA N° 01/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DA READEQUAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO VISANDO O DEVIDO ESCOAMENTO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE PEDREIRA.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira comunica que, após pedido de esclarecimento enviado tempestivamente via e-mail, verificou que, por lapso, não foram disponibilizados o Anexo I (Termo de Referência) e o apêndice ao Anexo I (Estudo Técnico Preliminar). Diante disso, ficam incluídos os referidos anexos, devendo os interessados que forem ofertar proposta realizar o download do edital alterado.

Em razão das modificações feitas no edital e seus anexos, faz-se necessária a alteração na data de início da sessão, devolvendo-se o prazo de disponibilidade do edital, ficando a data da sessão adiada para:

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 23/04/2026
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/06/2026 às 09h00min

Fica inalterado o que mais constava no Edital e em seus anexos, naquilo que não conflitar com o que está disposto acima.

Publique este comunicado nos jornais e demais sites que havia sido publicado anteriormente o resumo do edital e também no site www.saaepedreira.com.br.

Leonardo Selingardi
Diretor Geral Interino do SAAE



Pedreira (SP), 18 de março de 2026.

DO DIRETOR GERAL INTERINO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

COMUNICADO

REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 01/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DA READEQUAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO VISANDO O DEVIDO ESCOAMENTO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE PEDREIRA.

Em vista do pedido de esclarecimento ao edital ao qual foram encaminhados via email tempestivamente, após reanálise dos descritivos do edital fica excluído o item 2.7.10 "pessoas jurídicas reunidas em consórcio."

Devida as alterações feitas no edital, se faz necessária alteração na data de início da sessão, devolvendo-se o prazo de disponibilidade do edital, ficando a data da sessão adiada para:

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 19/03/2026

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/05/2026 às [09]h[00]min

Perante o exposto, os interessados que forem ofertar proposta deverão realizar o download do edital alterado.

Fica inalterado o que mais constava no Edital e em seus anexos, naquilo que não conflitar com o que está disposto acima.

Comunique quem havia adquirido o Edital no site www.saaepedreira.com.br ou retirado o mesmo nesta Autarquia.

Publique este comunicado nos jornais que havia sido publicado anteriormente o resumo do edital e também no site www.saaepedreira.com.br.

Leonardo Selingardi
Diretor Geral Interino do SAAE



ADVERTÊNCIA

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO DE PEDREIRA/SP**, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo não se trata de "Sistema de Registro de Preços", onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

Leonardo Selingardi

DIRETOR GERAL INTERINO



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DA READEQUAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS – PARTICIPAÇÃO AMPLA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: Nº 01/2026

PROCESSO: Nº 02/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA – UASG 930588

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DA READEQUAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO VISANDO O DEVIDO ESCOAMENTO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE PEDREIRA.

VALOR ORÇADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.226.332,60 (um milhão, duzentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/06/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO

MODO DE DISPUTA: FECHADO

ORIGEM DOS RECURSOS: (COMUNICADO SDG Nº 028/20217 – TEC/SP): RECURSO ESTADUAL E PRÓPRIO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR - <https://www.gov.br/compras/pt-br>



CORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026

Torna-se público que o SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA, por meio da DIVISÃO DE LICITAÇÕES, sediado na Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539 – Vila São José – Pedreira – Estado de São Paulo - CEP 13.925-000, realizará licitação, na modalidade CORRÊNCIA PÚBLICA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de uma empresa para elaboração de projeto básico e executivo da readequação das estações elevatórias de esgoto visando o devido escoamento até a estação de tratamento de esgoto de Pedreira**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedades cooperativas;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

~~2.7.10. Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio. (excluído)~~

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



2.13. A vedação de que trata o item 2.7.12. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;



- 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3.3. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.16.1.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global do item.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. **Será adotado o modo de DISPUTA FECHADO, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.**

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 do edital.

6.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.



6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e previsão neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1. SICAF; e

6.5.2. Sistema integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.5.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

6.5.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

6.5.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome a empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da lei nº 8.429 de 1992.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.9.1. deste edital.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que:

6.10.1. contiverem vícios insanáveis;

6.10.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.10.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



6.10.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.12. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo V deste edital** (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.13. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.14. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetros:

6.14.1. O licitante enviará sua proposta técnica, conforme **ANEXO V**, concomitantemente com a proposta de preços antes da abertura do certame.

6.14.2. A presente licitação avaliará, no critério técnica, a verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio de apresentação de atestados serviços previamente realizados, e a atribuição de notas, por comissão designada para esse fim, para a qualificação das empresas, das equipes técnicas, e, metodologia e plano de trabalho conforme o **ANEXO V** do edital.

6.14.3. Em resumo, a pontuação será distribuída da seguinte forma, conforme será detalhado logo adiante:

A nota para o quesito técnico (NT) será obtida por meio da somatória de pontos das notas do Conhecimento do problema e Plano de Trabalho: (NT1) Nota Máxima = 20 pontos; Experiência da Empresa: (NT 2) Nota Máxima = 40 pontos; Experiência da Equipe Técnica Chave: (NT3) Nota Máxima = 40 pontos, sendo aplicada a Fórmula 4, conforme a seguir:

FORMULA 4: $PTL = \sum NTn / 10$;

Onde:

- **PTL** = Pontuação Técnica da Licitante

- **NTn** = Nota Técnica de cada item da Proposta técnica.

6.14.4. Para o cálculo das pontuações, em todas as operações, serão consideradas apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações.

6.14.5. Serão desclassificadas as LICITANTES que:

- a) Obtiverem nota zero em qualquer dos itens apresentados ou no caso de não apresentação do mesmo;
- b) Não cumprirem as exigências contidas neste EDITAL ou se subordinem a qualquer condição não prevista;
- c) As propostas Técnicas que não atingirem o mínimo de 6 (seis) pontos na Pontuação Técnica da Licitante (PTL), serão desclassificadas.

6.14.6. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.14.7. Será atribuída a nota **NC =10** à Proposta Comercial da Licitante que apresentar o menor **VALOR TOTAL**, na Carta Proposta Comercial. As notas das demais propostas serão pontuadas proporcionalmente, na razão inversa do menor **VALOR TOTAL** ofertado, de acordo com a seguinte fórmula 5:

FÓRMULA 5: $NC = 10 (Vmin/V)$

Onde:

NC = Nota Comercial da Licitante;

Vmin = Menor **VALOR TOTAL** dentro todas as Licitantes classificadas;



V = VALOR TOTAL apresentado pela licitante

6.14.8. O julgamento e classificação das propostas será realizada por Equipe Técnica, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 14.133, para o tipo "Técnica e Preço", com a atribuição de pontos às diversas partes da "PROPOSTA TÉCNICA" e à "PROPOSTA DE PREÇO".

6.14.9. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não estejam de forma clara e explícita, em perfeita concordância com os itens do presente edital;
- b) Não atendam às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável ao objeto licitado;
- c) O preço ofertado for menor que 75% do valor orçado como base do presente processo licitatório.

6.14.10. A Nota Final da Proposta (**NFP**) será obtida fórmula 6, onde a Nota Técnica representa o peso de 70% e o preço representa o peso de 30%:

FÓRMULA 6: $NFP = x.PTL + y.NC$

Onde:

X é o peso da Nota Técnica = 7;

Y é o peso da Nota Comercial = 3;

NC = Nota Comercial da Licitante;

PTL = Pontuação técnica da Licitante.

6.14.11. Para o cálculo de NFP, somente serão consideradas duas casa decimais, em todas as operações, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações, como efetuado para os cálculos das Notas Técnicas e Comerciais.

6.14.12. Em caso de empate das propostas, obedecidos os critérios legais de desempate, a decisão se dará por sorteio, realizado em ato público, para o qual as licitantes interessadas serão devidamente convocadas.

6.15. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.15.1. Por se tratar de uma empreitada por preço global, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

6.15.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.15.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.16. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.17. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.17.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e



Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.18. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.18.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.18.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.19. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2. e 6.2.1., o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



6.21. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.21.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.26. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Habilitação jurídica

7.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

7.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

7.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.4. Qualificação Econômico-Financeira

6.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.5. Qualificação Técnica

7.5.1. Conforme descrito no item 15 do Termo de Referência.

7.6. Quando permitida participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou outro meio previsto em lei.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021).



7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.16. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) Horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem



de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@saaepedreira.com.br, mediante protocolo de recebimento.

8.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

8.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.saaepedreira.com.br, no link licitações, junto ao pregão correspondente

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. No que for cabível, aplicam-se à presente licitação as sanções e procedimentos previstos nos artigos 155 a 168 na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 1 a 13 do Decreto Municipal nº 4.240/2025, disponível para consulta no site deste Município: <https://www.saaepedreira.com.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_31032025100105.pdf

10.2. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, Nos termos do art. 158 e seguintes da Lei nº 14.133 e 14 e seguintes do Decreto nº 4.240/2025 e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após decorrido o prazo de recurso o processo será encaminhado a Autoridade Superior para Adjudicação/Homologação. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório e será firmado o termo de contrato.

11.2. O(S) **ADJUDICATÁRIO(S)** terá(ão) **05 (cinco) dias úteis** para apresentar a documentação exigida para assinatura do contrato, quando houver, começando a correr este prazo à partir do dia útil subsequente a publicação da homologação no Diário Oficial do Município, publicado no site www.saaepedreira.com.br, no link "Diário Oficial" - "Consulta Diário Oficial", **comunicação via email** ou **pessoal à proponente**. E após conferência da referida documentação a **ADJUDICATÁRIA(S)** terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinar o contrato após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.



11.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saaepdreira.com.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Planilha de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV – Termo de Ciência e Notificação.

ANEXO V – Especificação da Nota Técnica

ANEXO VI – Documento Técnica para Plano de Trabalho



Pedreira, 04 de Maio de 2026.

Leonardo Selingardi

DIRETOR GERAL

TERMO DE REFERÊNCIA:

**ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DA READEQUAÇÃO
DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO VISANDO O DEVIDO
ESCOAMENTO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE
PEDREIRA**

ABRIL/2026

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	5
2.	APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE	5
3.	DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA	6
3.1.	DIAGNÓSTICO	6
3.1.1.	EEE São Francisco	8
3.1.2.	EEE Rotary	8
3.1.3.	EEE Elevatória Joaquim Carlos.....	9
3.1.4.	EEE Elevatória São Paulo	10
3.1.5.	EEE Elevatória Distrito Industrial Nelson Custódio	11
3.1.6.	EEE Elevatória Parque Industrial – Ampliação – Nelson Custódio	11
3.1.7.	EEE Elevatória Ida Corsi	12
3.1.8.	EEE Elevatória Giraldi – José Rocco.....	13
3.1.9.	EEE Elevatória São Sebastião	13
3.1.10.	EEE Elevatória Colinas I	14
3.1.11.	EEE Elevatória Colinas II.....	15
3.1.12.	EEE Santa Edwiges I	15
3.1.13.	EEE Santa Edwiges II	16
3.1.14.	EEE Altos de Santa Clara I.....	16
3.1.15.	EEE Altos de Santa Clara II.....	17
3.1.16.	EEE ETE final.....	17
3.1.17.	EEE parte da ETE	18
3.1.18.	EEE Coletor Tronco 01 Giraldi	18
3.1.19.	EEE Coletor Tronco 02 Rua da Câmara.....	18
3.1.20.	EEE Coletor Tronco 03 Rua Bicudo	19
3.1.21.	EEE Coletor Tronco 04 Rua Ponte Pensil	19
3.1.22.	EEE Coletor Tronco 05 Lojinhas.....	20
3.1.23.	EEE Santa Clara ao lado da ETE	21
3.1.24.	EEE Terras di Castellari	21
3.1.25.	EEE Santa Cruz	22
3.1.26.	EEE Águas de março II	22
3.1.27.	Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	23

3.2. INFORMAÇÕES E INDICADORES SNIS	24
3.3. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	25
3.4. JUSTIFICATIVA.....	25
3.5. ENQUADRAMENTO E PREVISÃO DE RECURSOS	27
4. OBJETIVOS	28
4.1. OBJETIVO GERAL.....	28
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	28
5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	29
6. ÁREA DE ESTUDO	29
7. POPULAÇÃO ATENDIDA	30
8. METODOLOGIA.....	31
8.1. ATIVIDADES E METODOLOGIA.....	31
8.1.1. Plano de trabalho	31
8.1.2. Diagnóstico e avaliação das 22 EEEs	32
8.1.3. Projeto básico e executivo para melhorias de todas as EEE	36
8.1.4. Licenciamento Ambiental.....	39
9. EQUIPE TÉCNICA	40
9.1. EQUIPE TÉCNICA DO PROPONENTE TOMADOR	40
9.2. EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA	41
10. METAS, AÇÕES E INDICADORES	42
11. PRODUTOS, RESULTADOS, FORMA E BENEFÍCIOS ESPERADOS	44
11.1. PRODUTO 01: PLANO DE TRABALHO.....	46
11.2. PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DE TODAS AS EEEs.....	46
11.3. PRODUTO 03: PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA MELHORIAS DE TODAS AS EEE	47
11.4. PRODUTO 04: LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	47
12. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE.....	47
13. QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS E EXIGÊNCIAS PARA A LICITAÇÃO	49
13.1. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA – TÉCNICA E PREÇO.....	51
13.1.1. PROPOSTA TÉCNICA.....	51
13.1.2. PROPOSTA COMERCIAL	57
13.1.3. PONTUAÇÃO FINAL.....	58
14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA.....	58
14.1. CONTRATANTE.....	58
14.2. CONTRATADA.....	59
15. PLANILHA DE ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO	63
16. PAGAMENTO.....	64
17. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO TOMADOR JUNTO AO FEHIDRO	65
18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	65
19. MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO	65



20.	IMPACTOS AMBIENTAIS	66
21.	MATRIZ DE RISCO	67
22.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para a elaboração de projeto básico e executivo da readequação das estações elevatórias de esgoto visando o devido escoamento até a estação de tratamento de esgoto de Pedreira.

2. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira (SAAE) é a entidade responsável pelos serviços de saneamento básico do município de Pedreira, atuando como autarquia municipal desde abril de 2011. Criado pela Lei Municipal nº 2.579 de 27 de março de 2006, o SAAE assumiu com dedicação a gestão dos serviços de água e esgoto, que anteriormente estavam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pedreira.

O compromisso do SAAE é assegurar que a água distribuída à população de Pedreira atenda aos mais rigorosos padrões de qualidade e segurança. Diariamente, a água captada do rio passa por monitoramento detalhado em todas as etapas de tratamento, garantindo potabilidade e confiança para o uso de todos os consumidores. O SAAE cumpre rigorosamente as normas de potabilidade estabelecidas pelo Ministério da Saúde, realizando análises periódicas em laboratórios próprios e, mensalmente, em parceria com laboratórios especializados.

Sensível à importância da preservação do Rio Jaguari, o SAAE assumiu também a implantação e gestão das obras dos Coletores Troncos e da Estação de Tratamento de Esgoto.

Além dos serviços de água e esgoto, o SAAE é responsável pela operação do Aterro Sanitário Municipal, que recebe diariamente aproximadamente 27 toneladas de resíduos sólidos domiciliares. Esse trabalho garante um tratamento adequado e uma destinação final segura dos resíduos, contribuindo diretamente para a qualidade de vida da população e para a proteção ambiental.

Desde sua criação, o SAAE reforça o compromisso de que todos os recursos arrecadados com as tarifas de água e esgoto sejam reinvestidos no

aprimoramento e expansão dos serviços de captação, tratamento, armazenamento, distribuição de água potável, além da coleta e tratamento de esgoto. Esse ciclo de investimentos visa assegurar que o SAAE ofereça um serviço de qualidade, atendendo às necessidades de uma população em crescimento.

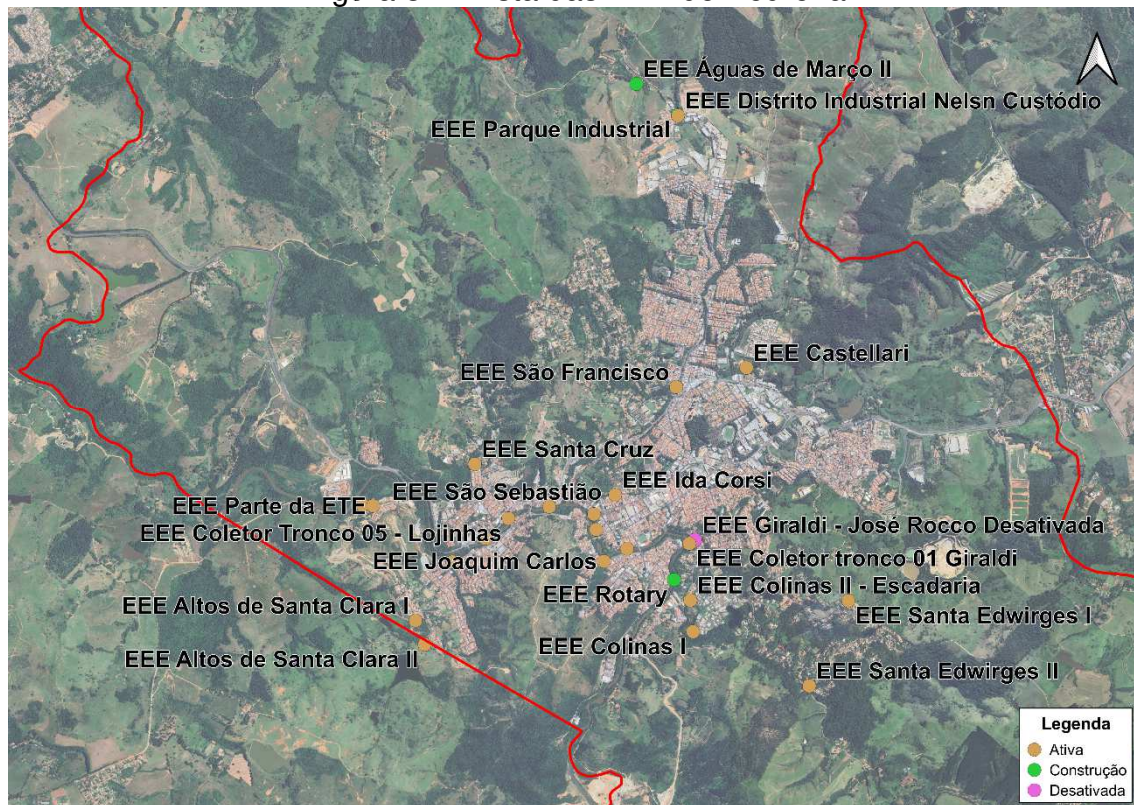
3. DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

O município de Pedreira possui um sistema de esgotamento sanitário composto por 26 Estações Elevatórias de Esgoto (EEE), sendo 22 ativas, 03 em construção e 01 desativada, redes coletoras, poços de visita e uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). No entanto, devido à topografia acidentada do município, o transporte eficiente dos efluentes depende fortemente do bom funcionamento dessas EEEs, que atualmente apresentam deficiências operacionais e de infraestrutura, conforme diagnosticado no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de 2023 (Volume 4).

3.1. DIAGNÓSTICO

Na Figura 3.1 é apresentada uma vista geral com a localização das EEE no município de Pedreira. E na Tabela 3.1 a situação de cada EEE.

Figura 3.1. Vista das EEE de Pedreira



Fonte: Autor, 2025

Tabela 3.1. Situação de cada EEE existente no município de Pedreira.

	Estação Elevatória de Esgoto	Situação
1	São Francisco	Ativa
2	Rotary	Construção
3	Joaquim Carlos	Ativa
4	São Paulo	Ativa
5	Distrito Industrial Nelson Custódio	Ativa
6	Parque Industrial	Construção
7	Ida Corsi	Ativa
8	Giraldi – José Rocco	Desativada
9	São Sebastião	Ativa
10	Colinas I	Ativa
11	Colinas II	Ativa
12	Santa Edwiges I	Ativa
13	Santa Edwiges II	Ativa
14	Altos de Santa Clara I	Ativa
15	Altos de Santa Clara II	Ativa
16	ETE final	Ativa
17	parte da ETE	Ativa
18	Coletor Tronco 01 Giraldi	Ativa
19	Coletor Tronco 02 Rua da Câmara	Ativa

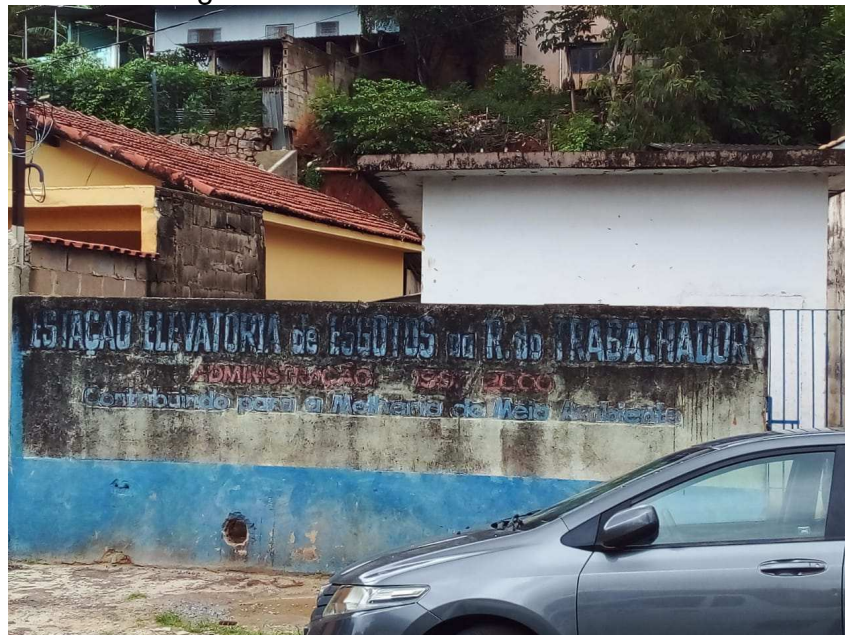
Tabela 3.1. Situação de cada EEE existente no município de Pedreira.

	Estação Elevatória de Esgoto	Situação
20	Coletor Tronco 03 Rua Bicudo	Ativa
21	Coletor Tronco 04 Rua Ponte Pensil	Ativa
22	Coletor Tronco 05 Lojinhas	Ativa
23	Santa Clara ao lado da ETE	Ativa
24	Terras diCastellari	Ativa
25	Santa Cruz	Ativa
26	Águas de março II	Construção

3.1.1. EEE São Francisco

Na Figura 3.2 é apresentada a estação elevatória da Rua dos Trabalhadores cuja unidade é composta por uma gradeamento de sólidos e um poço de sucção com dois conjunto moto-bomba submerso (16,5cv e 220V), o painel elétrico possui inversor de frequência (modelo CWF700). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.2. Elevatória São Francisco



Fonte: PMSB, 2023

3.1.2. EEE Rotary

Na Figura 3.3 é apresenta a vista geral da estação elevatória Rotary é composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com conjunto motor-

bomba submerso e painel elétrico. Esta Elevatória encontra-se em fase de construção.

Figura 3.3. Elevatória Rotary



Fonte: PMSB, 2023

3.1.3. EEE Elevatória Joaquim Carlos

Na Figura 3.4 é apresentada avista geral da estação elevatória Joaquim Carlos, composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto motor-bomba submerso (20cv e 16cv), painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW500) e sensor de nível. O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.4. Elevatória Joaquim Carlos



Fonte: PMSB, 2023

3.1.4. EEE Elevatória São Paulo

Na Figura 3.5 é apresentada a vista geral da estação elevatória da Avenida Wanderley composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com 01 conjunto motor-bomba submerso (7,5cv) e painel elétrico(sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.5. Elevatória São Paulo



Fonte: PMSB, 2023

3.1.5. EEE Elevatória Distrito Industrial Nelson Custódio

Na Figura 3.6 é apresentada a vista geral da estação elevatória do Distrito Industrial Nelson Custódio composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com dois conjunto motor-bomba submerso (25cv, 220V), painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW500) e gerador. A EEE não dispõe de medidor de vazão.

Figura 3.6. Elevatória do Distrito Industrial Nelson Custódio



Fonte: PMSB, 2023

3.1.6. EEE Elevatória Parque Industrial – Ampliação – Nelson Custódio

Na Figura 3.7 é apresentada a ampliação da EEE Parque Industrial, na mesma área da Elevatória original. Esta encontra-se em construção.

Figura 3.7. Elevatória Parque Industrial Nelson Custódio



Fonte: PMSB, 2023

3.1.7. EEE Elevatória Ida Corsi

Na Figura 3.8 é apresentada a vista geral da estação elevatória Ida Corsi composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com dois conjunto motor-bomba submerso (7,5cv e 220V) e painel elétrico (sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.8. Elevatória Ida Corsi



Fonte: PMSB, 2023

3.1.8. EEE Elevatória Giraldi – José Rocco

Na Figura 3.9 é apresentada a vista geral da estação elevatória Ricci localizada na Rua José Rocco composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com conjunto moto-bomba submerso e painel elétrico. Atualmente encontra-se desativada.

Figura 3.9. Elevatória Giraldi – José Rocco



Fonte: PMSB, 2023

3.1.9. EEE Elevatória São Sebastião

Na Figura 3.10 é apresentada a vista geral da estação elevatória São Sebastião composta de gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto motor-bomba submerso (25cv e 220V) e painel elétrico com inversor de frequência (Modelo CFW700). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.10. Elevatória São Sebastião



Fonte: PMSB, 2023

3.1.10. **EEE Elevatória Colinas I**

Na Figura 3.11 é apresentada a vista geral da estação elevatória Colinas I composta de gradeamento de sólidos, poço de sucção com 01 conjunto motor-bomba submerso (7,5cv) e painel elétrico (sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.11. Elevatória Colinas I



Fonte: PMSB, 2023

3.1.11. EEE Elevatória Colinas II

Na Figura 3.12 é apresentada a vista geral da estação elevatória Colinas II composta de gradeamento de sólidos, poço de sucção com conjunto motor-bomba submerso (7,5cv) e painel elétrico (sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.12. Elevatória Colinas II



Fonte: PMSB, 2023

3.1.12. EEE Santa Edwiges I

Na Figura 3.13 é apresentada a vista geral da estação elevatória Edwiges I composta de gradeamento de sólidos, poço de sucção com 01 conjunto motor-bomba submerso (7,5cv) e painel elétrico (sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.13. Elevatória Edwiges I



Fonte: PMSB, 2023

3.1.13. EEE Santa Edwiges II

Na Figura 3.14Figura 3.13 é apresentada a vista geral da estação elevatória Edwiges II composta de gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto motor-bomba submerso (17cv), painel elétrico com inversor de frequência (Modelo cfw700) e gerador de energia. O local não possui medidor de vazão.

Figura 3.14. Elevatória Edwiges II



Fonte: PMSB, 2023

3.1.14. EEE Altos de Santa Clara I

Na Figura 3.15 é apresentada a vista geral da estação elevatória Santa Clara I composta de gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto motor-bomba submerso (1,5cv) e painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW300). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.15. Elevatória Santa Clara I



Fonte: PMSB, 2023

3.1.15. EEE Altos de Santa Clara II

Na Figura 3.16 é apresentada a vista geral da estação elevatória Santa Clara II composta de gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto motor-bomba submerso (1,5cv) e painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW300). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.16. Elevatória Santa Clara II



Fonte: PMSB, 2023

3.1.16. EEE ETE final

Na Figura 3.17 é apresentada a vista geral da estação elevatória Final que faz todo o recalque para a Estação de Tratamento de Esgoto composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto moto-bomba submerso (75cv e 380V), painel elétrico com inversor de frequência (Modelo CFW700) e sensor de nível. O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.17. Elevatória Final para ETE



Fonte: PMSB, 2023

3.1.17. EEE parte da ETE

Na ETE há uma elevatória que faz parte do sistema de tratamento de esgoto, a qual é composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto moto-bomba submerso (7,5cv) e painel elétrico (sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

3.1.18. EEE Coletor Tronco 01 Giraldi

Na Figura 3.18 é apresentada a Elevatória Giraldi que compõe as Estações do Coletor Tronco – Margem Direita Rio Jaguari. São 02 conjuntos moto-bomba (10cv), gerador de energia, medidor de vazão e painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW500).

Figura 3.18. Elevatória 01 Giraldi – Rua José Rocco



Fonte: PMSB, 2023

3.1.19. EEE Coletor Tronco 02 Rua da Câmara

Na Figura 3.19 é apresentada a Elevatória Rua da Câmara – Rua Antônio Lago que compõe as Estações do Coletor Tronco – Margem Direita Rio Jaguari. São 02 conjuntos moto-bomba (3,0cv), gerador de energia, medidor de vazão, sensor de nível e painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW300).

Figura 3.19. Elevatória 02 Rua da Câmara



Fonte: PMSB, 2023

3.1.20. EEE Coletor Tronco 03 Rua Bicudo

Na Figura 3.20 é apresentada a Elevatória Rua Bicudo – Travessa Ricci o que compõe as Estações do Coletor Tronco – Margem Direita Rio Jaguari. São 02 conjuntos moto-bomba (1,5cv), gerador de energia, medidor de vazão e painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW300).

Figura 3.20. Elevatória 03 Rua Bicudo



Fonte: PMSB, 2023

3.1.21. EEE Coletor Tronco 04 Rua Ponte Pensil

Na Figura 3.21 é apresentada a Elevatória Rua Ponte Pensil – Travessa Gisto Ferrari o que compõe as Estações do Coletor Tronco – Margem Direita Rio Jaguari. São 02 conjuntos moto-bomba (1,5cv), gerador de energia,

medidor de vazão e painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW300).

Figura 3.21. Elevatória 04 Rua da Ponte Pensil



Fonte: PMSB, 2023

3.1.22. EEE Coletor Tronco 05 Lojinhas

Na Figura 3.22 é apresentada a Elevatória Lojinhas – Avenida José Vicentini o que compõe as Estações do Coletor Tronco – Margem Direita Rio Jaguari. São 02 conjuntos moto-bomba (1,5cv), gerador de energia, medidor de vazão e painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW300).

Figura 3.22. Elevatória Lojinhas



Fonte: PMSB, 2023

3.1.23. EEE Santa Clara ao lado da ETE

Na Figura 3.23 é apresentada a vista geral da estação elevatória que está dentro da área da ETE e que é responsável por receber os esgotos das chácaras e futuros lotes na estrada municipal. Esta EEE é composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto moto-bomba submerso (1,5cv), painel elétrico com inversor de frequência (modelo CFW300) e gerador de energia. O local não possui medidor de vazão.

Figura 3.23. Elevatória Santa Clara ao lado da ETE



Fonte: PMSB, 2023

3.1.24. EEE Terras diCastellari

Na Figura 3.24 é apresentada a vista geral da estação elevatória Terras diCastellari. Esta EEE é composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com dois conjunto moto-bomba submerso (3,0cv e 220V) e painel elétrico (sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão.

Figura 3.24. Elevatória TerrasdiCastellari



Fonte: Google Satélite, 2025

3.1.25. **EEE Santa Cruz**

Na Figura 3.25 é apresentada a vista geral da estação elevatória Santa Cruz. Esta EEE é composta de um gradeamento de sólidos, poço de sucção com 02 conjunto moto-bomba submerso (16,5cv e 220V) e painel elétrico (sem inversor de frequência). O local não possui medidor de vazão e gerador de energia.

Figura 3.25. Elevatória Santa Cruz



Fonte: Google Satélite, 2025

3.1.26. **EEE Águas de março II**

Na Figura 3.26 está em construção, e será composta de dois conjuntos motor-bomba (7,5cv), irá possuir gerador, painel com inversor de frequência e não há previsão em projeto de medidor de vazão.

Figura 3.26. Elevatória Águas de março II



Fonte: Google Satélite, 2025

3.1.27. Estação de Tratamento de Esgoto - ETE

Na Tabela 3.2 são apresentadas as vazões e cargas orgânicas para de acordo com o Projeto da ETE do Projeto.

Tabela 3.2 Vazões e Cargas Orgânicas de Projeto da ETE

ANO	População Urbana (hab)	Índice Atend. (%)	População Atendida (hab)	Vazão Doméstica (l/s)	Vazão de Infiltração (l/s)	Vazão Média (l/s)	Vazão Máxima (l/s)	Carga Orgânica (KG/DBO.dia)	Concentração Da DBO (mg/l)
2002	36.790	95	34.951	51,78	18,56	70,34	111,76	1.887,33	310
2007	40.623	95	38.592	57,17	20,76	77,93	123,67	2.083,96	309
2012	44.448	95	42.226	62,56	23,23	85,79	135,83	2.280,18	307
2017	48.264	95	45.851	67,93	25,98	93,91	148,25	2.475,94	305
2022	52.070	95	49.467	73,28	29,06	102,34	160,97	2.671,19	302

Fonte: Projeto da ETE

De acordo com dados recentes de março de 2025, a vazão média que chega na ETE é de 57,7 L/s.

A renovação da Licença de Operação da ETE utilizou a vazão média de 70,34 L/s.

Porém os processos, projetos e órgãos fiscalizadores utilizam a vazão máxima da ETE de 160 L/s.

Importante também destacar, que de acordo com o IBGE (2022) a população de Pedreira é de 43.112 habitantes, portanto ficando abaixo da população estimada em projeto para o ano de 2022.

3.2. INFORMAÇÕES E INDICADORES SNIS

Na sequência são apresentadas informações e indicadores referentes ao ano de 2023 sobre o sistema de esgotamento sanitário no município de Pedreira, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.

ES001: População total atendida com esgotamento sanitário = 42.222 habitantes;

ES009–Quantidade de ligações (ativas+ inativas) = 16.421 ligações

ES003–Quantidade total de economias ativas= 15.878 economias;

ES005 - Volume de esgoto coletado = 1.865,47 x 1.000 m³/ano;

ES006 - Volume de esgoto tratado = 1.846,87x 1.000 m³/ano;

ES007 – Extensão de rede de esgoto= 281,51 km;

ES028 – Consumo total de energia elétrica = 1.276,17 x 1.000 kWh/ano;

IN056 – Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água = 97,94 %

IN015 – Índice de coleta de esgoto = 80,00%

IN016 – Índice de tratamento de esgoto = 99,00%;

IN021 – Extensão da rede de esgoto por ligação = 17,24 m/lig;

IN059 – Índice de consumo de energia elétrica m sistemas de esgotamento sanitário = 0,68 kWh/m³.

3.3. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

O Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Pedreira vigente, foi elaborado em junho de 2023. Em seu volume 4, ele apresenta a infraestrutura existente para o Sistema de Esgotamento Sanitário, bem como apresenta programas, diretrizes, ações e metas definidas a longo prazo com investimentos no sistema de esgotamento sanitário do município de Pedreira.

Dentre as atividades previstas para execução no referido trabalho, destacam-se:

- Implantação de geradores de energia nas EEE;
- Substituição dos conjuntos motores bomba das EEE;
- Manutenção dos painéis elétricos das EEE;
- Implantação de automação nas EEE;
- Instalação de medidor ultrassônico nas EEE que ainda não possuem;
- Elaboração de novos projetos completos.

As atividades do PMSB contemplam ações no valor global de R\$22.527.620,00.

3.4. JUSTIFICATIVA

Entre os principais problemas identificados nos sistemas de transporte de esgoto estão:

- Falta de geradores de energia em algumas EEEs, o que as torna vulneráveis a interrupções no fornecimento elétrico, causando extravasamentos e riscos sanitários;
- Conjuntos motobomba obsoletos, com perda de eficiência energética e aumento dos custos operacionais;
- Falta de automação e medição ultrassônica em parte das EEEs, dificultando o monitoramento e a gestão eficiente do sistema;

- Painéis elétricos desatualizados, aumentando o risco de falhas e interrupções no bombeamento.

Essas deficiências comprometem a continuidade do serviço, aumentam os custos de manutenção e elevam o risco de contaminação ambiental devido a possíveis vazamentos. Além disso, a ausência de projetos para ampliação e melhoria do sistema limita a capacidade de expansão e adequação às demandas futuras.

A execução das ações previstas no PMSB, com foco na elaboração de projetos para melhoria dos sistemas de transporte de esgotos nas estações elevatórias de Pedreira, trará os seguintes benefícios:

- Redução de falhas operacionais, garantindo maior eficiência no bombeamento de esgoto;
- Diminuição de extravasamentos e poluição hídrica, contribuindo para a preservação dos recursos hídricos da bacia PCJ;
- Economia de energia, devido à modernização dos conjuntos motobomba e adoção de sistemas automatizados;
- Maior resiliência do sistema, com a instalação de geradores de energia para contingência;
- Melhoria na gestão operacional, com a instalação de medidores ultrassônicos e automação.

Em contrapartida, a não realização dessas intervenções acarretaria:

- Aumento de custos com manutenções corretivas devido a falhas frequentes;
- Risco de contaminação do solo e corpos hídricos, com potenciais impactos à saúde pública;
- Incapacidade de atender ao crescimento urbano, comprometendo a universalização do esgotamento sanitário.

Quanto ao sistema de esgotamento sanitário o município recebeu recursos do FEHIDRO em anos anteriores para ações relacionadas ao saneamento, apresentadas na sequência:

Cadastro georreferenciado da rede de coleta e afastamento de efluentes, contrato nº 050/2018, concluído 2020, valor R\$ 145.156,84.

Objetivos alcançados: Mapeamento completo e georreferenciado das redes coletoras e estações elevatórias de esgoto e Base técnica para planejamentos futuros.

Resultados obtidos: Maior precisão (reduzindo o tempo de respostas para manutenção), otimização de recursos (evitando escavações desnecessárias devido a falta de informações); suporte para projetos de expansão e modernização.

O cadastro georreferenciado realizado anteriormente serve como base essencial para elaboração dos projetos novos de ampliação e modernização do sistema de transporte de esgoto.

Portanto a presente proposta está alinhada com as metas do PMSB de Pedreira e com as diretrizes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PAPI) dos Comitês PCJ, visando garantir a sustentabilidade e eficiência do sistema de esgotamento sanitário. A elaboração de projetos técnicos básicos e executivos permitirá a captação de recursos para execução das melhorias necessárias, assegurando a universalização do saneamento e a proteção dos recursos hídricos da região.

3.5. ENQUADRAMENTO E PREVISÃO DE RECURSOS

A elaboração do Projeto Básico e Executivo para melhoria dos sistemas de transporte de esgoto nas estações elevatórias de Pedreira está de acordo com a Deliberação 448/2023, se enquadra no PDC 3–Qualidade das Águas e no Sub-PDC3.1–Esgotamento Sanitário.

O objeto está enquadrado na tipologia “T.3.1.3. Projeto Básico e /ou executivo de reformas, melhoras ou obras localizadas (EEE – Estação Elevatória de Esgoto e/ou ETE – Estação de Tratamento de Esgoto)” do Anexo 1 do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO.

A ação referente à “Elaboração de projetos para ampliação e melhorias dos sistemas de transporte de esgoto” está prevista no Plano de Ação e

Programa de Investimentos – PA/PI, aprovado pelos Comitês PCJ, para indicação de recursos FEHIDRO, em conformidade com o Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo deste Termo de Referência é a contratação de empresa para a elaboração de Projeto Básico e Executivo de melhoria dos sistemas de transporte de esgoto das 22 Estações Elevatórias ativas de Pedreira.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos para as 22 EEEs são:

- Diagnosticar as condições técnicas atuais das EEEs identificando pontos críticos, deficiências operacionais e oportunidades de melhoria, incluindo as disciplinas hidráulica, elétrica, automação e estrutural;
- Avaliação dos conjuntos motor-bomba existentes quanto ao ponto de trabalho, visando propor a substituição por equipamentos mais eficientes, reduzindo consumo energético e custos operacionais;
- Avaliação da qualidade da energia elétrica existente em cada unidade, bem como o dimensionamento de painéis com banco capacitores para redução de energia reativa;
- Desenvolver projetos de modernização de painéis elétricos, garantindo maior segurança e confiabilidade no sistema de acionamento das bombas;
- Elaborar projetos para instalação de sistemas de automação e monitoramento, visando maior controle e eficiência no bombeamento de esgotos;
- Incluir soluções para contingência energética, como a instalação de geradores em EEEs estratégicas, minimizando interrupções no serviço;

- Desenvolver projetos de modernização de painéis elétricos, garantindo maior segurança e confiabilidade no sistema de acionamento das bombas;
- Propor a instalação de medidores do tipo carretel eletromagnético para monitoramento preciso de vazões, auxiliando na gestão operacional;
- Avaliar a necessidade de ampliação da capacidade das EEEs, considerando o crescimento urbano e a demanda futura por esgotamento sanitário;
- Garantir a compatibilidade dos projetos com normas técnicas e ambientais, assegurando a sustentabilidade e a legalidade das intervenções;
- Elaboração dos projetos hidráulicos e civis das intervenções necessárias para as melhorias operacionais das elevatórias;
- Licenciamento Ambiental das unidades.

Esses objetivos específicos buscam assegurar que o sistema de transporte de esgotos destas seja mais confiável, econômico e sustentável, contribuindo para a universalização do saneamento básico em Pedreira.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Fonte de Recursos para elaboração deste empreendimento será o FEHIDRO. E o SAAE irá investir o valor da contrapartida apresentada na Planilha de Orçamento.

6. ÁREA DE ESTUDO

A elaboração do projeto deve contemplar todo o sistema de esgotamento sanitário, ou seja, todo o município de Pedreira, 44.332 habitantes (Estimativa IBGE 2024).

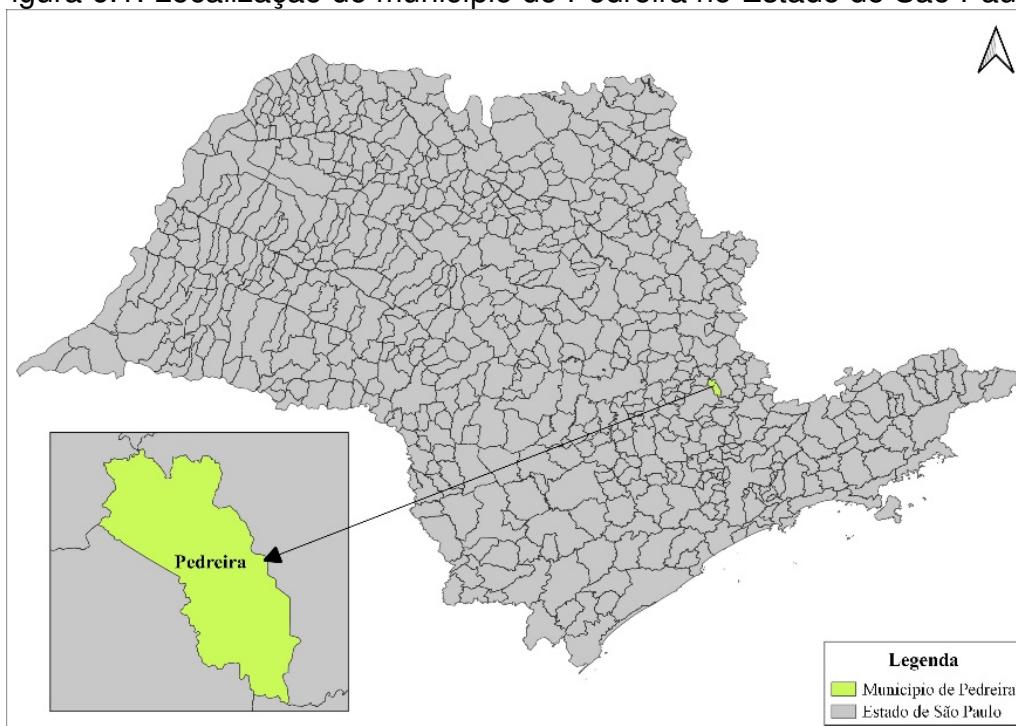
O município de Pedreira, o qual localiza-se no estado de São Paulo, na região metropolitana de Campinas, a uma latitude de 22°44'31" Sul e uma

longitude de 46°54'03" Oeste. Nas coordenadas de localização está a uma altitude de 600m em relação ao nível do mar. Possui área total de 108,817 km² (IBGE, 2022). E está a 137km distante da capital do Estado, com fácil acesso pelas Rodovias Bandeirantes e Anhanguera.

O município possui como limites os municípios de Amparo, Jaguariúna, Morungaba, Santo Antônio de Posse e Campinas.

Na Figura 6.1 é possível observar a localização do município dentro do estado de São Paulo.

Figura 6.1. Localização do município de Pedreira no Estado de São Paulo



Fonte: Autor, 2024

7. POPULAÇÃO ATENDIDA

A população atendida compreende o número total de habitantes do município de Pedreira, ou seja, 44.332 habitantes (estimativa IBGE, 2024), que serão beneficiados diretamente com os resultados da proposta.

8. METODOLOGIA

A Elaboração do Projeto Básico e Executivo para melhoria dos sistemas de transporte de esgoto nas Estações Elevatórias de Pedreira, visa ao estabelecimento de uma base de dados inicial, sua análise e consistência, o processamento destes dados, o diagnóstico e identificação dos problemas, e finalmente, sua consolidação na forma de projetos básicos e executivos, que comporão a ferramenta de planejamento em questão, podendo ser detalhado em 04 tópicos organizados de acordo com a estrutura a seguir:

- I. Plano de Trabalho;
- II. Coleta de dados e vistorias em campo
- III. Diagnóstico e avaliação de todas as EEE;
- IV. Projeto Básico e Executivo para melhorias de todas as EEE (apresentados separadamente);
- V. Licenciamento Ambiental

Para elaboração do presente trabalho deverão ser levados em considerações os Planos Diretores existente no município, como o Plano Municipal de Saneamento Básico (2023), e todos os trabalhos já realizados no âmbito do esgotamento sanitário no município, bem como observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

8.1. ATIVIDADES E METODOLOGIA

8.1.1. Plano de trabalho

A empresa a ser contratada deverá elaborar o Plano de Trabalho de todas as atividades a serem realizadas, contendo caracterização, metodologia de execução, fluxograma e cronograma das atividades que compõem os serviços a serem apresentados pela contratada em sua proposta e aprovados pela Equipe Técnica de Acompanhamento.

Previamente ao início dos serviços deverá ser apresentado, pela contratada, o Plano de Trabalho com as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos estudos e uma atualização do cronograma de entrega dos produtos.

O Plano de Trabalho deverá conter todas as definições, especialmente aquelas providas da reunião inicial a ocorrer entre a contratante, o Grupo Técnico de Acompanhamento e a Equipe da contratada, imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

Nesse sentido, deverá ser configurado todo o planejamento dos trabalhos, contextualização dos estudos necessários, indicação das equipes, seu perfil, a descrição das atividades com sua organização, o organograma para os trabalhos, fluxograma e tudo o mais que norteie o desenvolvimento e acompanhamento da elaboração desse trabalho.

A contratada terá ampla liberdade de subdividir os trabalhos, em diversas etapas e atividades, que sejam harmonizados num planejamento integrado. Toda a sua experiência deverá ser empenhada nesse planejamento.

O Plano de Trabalho, os cronogramas e fluxogramas referidos deverão ser atualizados conforme se fizer necessário, durante a execução dos trabalhos.

O Plano de Trabalho também deve apresentar relação e identificação de toda equipe técnica da empresa CONTRATADA que fará parte da execução do empreendimento comprovando o respectivo vínculo empregatício. Também deve ser apresentado junto ao Plano de Trabalho a(s) respectiva(s) ART(s) referente(s) ao objeto do empreendimento, bem como proposta de orçamento detalhada proveniente do processo de contratação e respectivo cronograma físico-financeiro.

8.1.2. Diagnóstico e avaliação das 22EEEs

A metodologia proposta visa realizar um diagnóstico completo das 22 Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs) ativas de Pedreira, identificando as condições técnicas atuais, deficiências operacionais e oportunidades de

melhorias. O processo inclui inspeções técnicas, ensaios operacionais, análises energéticas e avaliações estruturais, com o objetivo de embasar o projeto básico e executivo de readequações.

1) Levantamento de dados preliminares:

- Coleta de projetos existentes, manuais de operação e histórico de manutenção das EEEs;
- Análise de dados operacionais (vazão, nível de esgoto e consumo energético);
- Identificação das características técnicas dos conjuntos moto-bomba, painéis elétricos e sistemas de controle.

2) Topografia e Sondagem

- Deverá ser realizado o levantamento topográfico cadastrais das 22 EEEs, com todas as interferências existentes. Os levantamentos deverão ser realizados seguindo a NBR 131333 ("Execução de Levantamento Topográfico") de demais normas aplicáveis;
- Assim, está sendo previsto um quantitativo de 22 unidades a serem levantadas com serviço de levantamento topográfico cadastral;
- Os serviços realizados incluem todos os custos envolvidos, desde o deslocamento de equipe e outros que sejam pertinentes para a realização de tal atividade;
- Mapeamento da área de cada EEE, incluindo a estrutura, redes de esgoto e interferências. Devendo ser utilizado estação total, GNSS RTK ou Drone. Deverão ser cadastradas toda as estruturas (poço de sucção, casa de bombas, gradeamento, soleiras, etc), os PVs e redes de esgoto (com cotas de entrada e saída) e demais interferências existentes.
- Realizar investigação geotécnica (sondagem a percussão, conforme NBR 6484), objetivando avaliar a resistência do solo em áreas críticas (fundações, tubulações enterradas);

- Deverão ser realizadas 3 sondagens por EEE com profundidade de 15 metros ou impenetrável, em locais prioritários. Portanto deverão ser realizados 990m de sondagem.
- Os serviços realizados devem prever os custos de mobilização de equipes e, se pertinente, os deslocamentos entre furos.
- O relatório dos serviços de sondagem deverá conter o título do projeto, a data de execução, a locação dos pontos através de coordenadas e cotas, as amarrações e o número de golpes para penetração de metro a metro, bem como a classificação das camadas do subsolo e os níveis do lençol freático.

3) Inspeção técnica e Identificação de Pontos Críticos:

- Avaliação estrutural e hidráulica, com verificação de condições físicas das edificações, tratamento preliminar, tubulações, válvulas e câmaras de recalque e identificação de vazamentos, corrosão e obstruções;
- Análise operacional, com verificação do funcionamento dos conjuntos motor-bomba, incluindo ruídos, vibrações e eficiência. E avaliação da capacidade de vazão em relação à demanda atual e futura;
- Verificação e avaliação se a EEE possui aterramento (SPDA), no caso de ausência deverão também ser elaborados projetos para aterramento.

4) Avaliação dos Conjuntos Motor-Bomba:

- Análise do ponto de trabalho (curvas de desempenho x demanda real);
- Identificação de bombas superdimensionadas ou ineficientes;
- Proposição de substituição por equipamentos de maior eficiência energética.

5) Análise da Qualidade da Energia Elétrica:

- Medição de parâmetros elétricos (tensão, corrente, fator de potência, harmônicos);
- Dimensionamento de bancos de capacitores para correção do fator de potência;
- Avaliação da necessidade de filtros de harmônicos e sistemas de proteção;
- Análise da Qualidade da Energia Elétrica.

6) Avaliação dos painéis elétricos e sistema de controle

- Verificação das condições dos disjuntores, contadores, relés e sistemas de proteção;
- Identificação de necessidades de modernização para maior confiabilidade e segurança;
- Proposição de sistemas de automação e monitoramento remoto.

7) Proposição de Medições de Vazão e Monitoramento

- Instalação de medidores ultrassônicos para registro contínuo de vazões;
- Integração com sistemas de telemetria para gestão operacional em tempo real;
- Proposição de Medições de Vazão e Monitoramento.

8) Análise de contingência energética:

- Identificação de EEEs críticas para instalação de geradores de emergência;
- Dimensionamento da potência necessária para garantir operação contínua em caso de falha energética.

9) Avaliação de Capacidade e Expansão Futura

- Projeção de demanda considerando crescimento urbano e expansão da rede;
- Verificação da necessidade de ampliação de unidades ou construção de novas EEEs.

A metodologia proposta permitirá um diagnóstico preciso das condições das EEEs de Pedreira, fornecendo subsídios técnicos para a elaboração de um projeto básico e executivo eficiente, sustentável e em conformidade com as normas vigentes.

8.1.3. Projeto básico e executivo para melhorias de todas as EEE

Os projetos básicos e executivos (Estrutural, Hidráulico, Elétrico e de Eficiência Energética) de cada EEE deve ser elaborada de acordo com os dispositivos da NBR-ABNT 12208/2020 (Projeto de estação de bombeamento ou estação elevatória de esgoto) e outras correlatas que se fizerem pertinentes ao trabalho em execução. As melhorias devem ser propostas para todas as 22 EEE ativas do município de Pedreira. Os projetos básicos e executivos devem ser elaborados separadamente, ou seja, um projeto para cada EEE ativa ou em construção, abrangendo os seguintes subtópicos:

a. Projetos Hidráulicos

Redimensionamento hidráulico das unidades para atender às demandas projetadas para 20 anos, incluindo no mínimo:

- Cálculos de vazão, perda de carga e curvas de bombeamento;
- Dimensionamento de tubulações, válvulas e dispositivos de proteção.
- Adequação ou inclusão de tratamento preliminar (gradeamento, desarenador) quando necessário.
- Memoriais de cálculo e justificativas e especificações técnicas.

- Plantas e perfis hidráulicos com detalhes de conexões, cotas e interferências;
- Especificações técnicas e quantitativo dos materiais a serem utilizados.

b. Projetos Elétricos

Dimensionamento elétrico das EEEs, incluindo no mínimo:

- Quadros de comando, proteções e seccionamento;
- Integração com equipamentos existentes (quando viável);
- Atendimento às normas ABNT NBR 5410 e NBR 14039;
- Projeto de aterramento e SPDA de todas as unidades que se fizerem necessárias (Norma ABNT NBR 5419);
- Diagramas unifilares e multifilares atualizados;
- Memoriais de cálculo e justificativas técnicas;
- Especificações técnicas e quantitativo dos materiais a serem utilizados.

c. Projetos de Automação e Controle

- Sistema de supervisão para operação remota;
- Automação de bombas e sensores (nível, vazão, pressão);
- Integração para monitoramento em tempo real;
- Memoriais de cálculo e justificativas técnicas;
- Especificações técnicas e quantitativo dos materiais a serem utilizados.

d. Projetos Estruturais

Avaliação e reforço de estruturas existentes (Norma ABNT NBR 6118) e Projeto de ampliação (quando necessário), incluindo do tratamento preliminar (quando necessário) com:

- Definição de estruturas e dispositivos que atendam aos objetivos de atendimento eficiente, que devem ser apresentados em planta

e perfil, contendo todas as informações de pertinência necessárias à execução das obras;

- Cálculos de fundações, vigas e lajes;
- Detalhamento de formas, armadura e concreto;
- Projetos de escoramento para valas e escavações profundas;
- Memoriais de cálculo e justificativas técnicas;
- Especificações técnicas e quantitativo dos materiais a serem utilizados.

e. Projetos de Eficiência Energética

- Análise de consumo energético e proposta de otimização;
- Seleção de motores de alta eficiência (Norma IEC 60034-30);
- Sistemas de partida suave ou inversores de frequência;
- Memoriais de cálculo e justificativas técnicas;
- Especificações técnicas e quantitativo dos materiais a serem utilizados.

f. Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro

- Planilha de orçamento baseada em SINAPI ou SABESP (para itens não listados, utilizar 3 cotações de mercado, e adotar o valor médio).
- Composição do BDI em conformidade com o TCU.
- Etapas de execução por EEE;
- Alocação de recursos (materiais, mão de obra, equipamentos);
- Prazo total compatível com a complexidade de cada intervenção.

g. Documentação Complementar

- Memoriais descritivos detalhados.
- Demais documentos que se fizerem necessários para realização do projeto.

h. Entregas

Deverá ser entregue 1 projeto básico e executivo por EEE (total de 22 projetos básicos e executivos individuais)

Todos os projetos seguirão as exigências da NBR 12208/2020, Lei 8.666/93 e normas técnicas aplicáveis.

8.1.4. Licenciamento Ambiental

Licenciamento Ambiental é um procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Nele são avaliados impactos ambientais causados pelo empreendimento, tais como: seu potencial ou sua capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes). No caso do licenciamento ambiental

A CETESB emite documentos como: licenças ambientais; autorizações para supressão de vegetação nativa e intervenções em área de preservação permanente; alvarás para obras e intervenções em Área de Proteção aos Mananciais - APM, em Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM e na Área de Interesse Especial da Serra do Itapeti da Região Metropolitana de São Paulo, Nazaré Paulista e Paraibuna e outros documentos.

Assim, no presente projeto, deverão ser solicitadas todas licenças necessárias para autorização para execução da obra.

Logo, para que o estudo ambiental seja consistente e atenda aos aspectos legais, deve ser composto pela descrição da caracterização do empreendimento. A empresa contratada deverá elaborar todos estes estudos visando obter as licenças necessárias para implantação da obra.

Qualquer taxa referente aos processos de licenciamento será de responsabilidade da CONTRATADA.

Assim, a Empresa Contratada deverá elaborar todos os documentos técnicos necessários para obtenção das licenças ambientais visando a autorização para execução da obra, incluindo o preenchimento dos formulários exigidos pelos órgãos responsáveis pela autorização. A Contratada deverá realizar todos os ajustes necessários solicitados pelo órgão ambiental responsável pela análise e emissão da Licença em questão. A Contratada deverá acompanhar todo o processo de licenciamento até a emissão da licença.

9. EQUIPE TÉCNICA

9.1. EQUIPE TÉCNICA DO PROPONENTE TOMADOR

A equipe técnica para acompanhamento da do empreendimento reúne profissionais, que atuam nas áreas essenciais para o acompanhamento e monitoramento do empreendimento. Abaixo na Tabela 9.1 detalhamos os membros da equipe, suas formações e atribuições. Ressalta-se que possivelmente durante a elaboração dos serviços outros técnicos poderão ser indicados pela empresa, os quais deverão ser indicados no Plano de Trabalho enviado pela empresa.

Tabela 9.1 Equipe Técnica do SAAE Pedreira

Nome	Formação	Experiência	Função	Dedicação*
Jonas Lúcio Amorin	Engenheiro Ambiental	Habilidade em Assessoramento técnico e acompanhamento de contratos e projetos junto a Autarquia. Desenvolvendo trabalhos junto ao SAAE desde 2011	Gestor de Contrato	Supervisionar o andamento geral do trabalho, garantindo que as estratégias sejam alcançadas.
Sérgio Marcos Pinto	Engenheiro Civil e Diretor Operacional II (esgoto)	Disponibilidade técnica em acompanhamento de obras e serviços relacionados ao esgoto. Desenvolvendo trabalhos junto ao SAAE desde 2013.	Fiscal de Contrato	Analisar e supervisionar a documentação técnica e garantir uma execução eficaz alinhando com os objetivos.

Tabela 9.1 Equipe Técnica do SAAE Pedreira

Nome	Formação	Experiência	Função	Dedicação*
Brenda Ramalho de Moraes	Engenheira Civil	Disponibilidade técnica em acompanhamento de obras e serviços relacionados ao abastecimento de água e esgoto Desenvolvendo trabalhos junto ao SAAE desde 2020	Gestor Administrativo	Garantir a alocação eficiente dos recursos financeiros e humanos para desenvolvimento do plano.
João Paulo Polydoro	Engenheiro de Produção	Tempo e atividades desenvolvidas na área de atuação do objeto deste financiamento com experiência em acompanhamento de medições pressão rede junto ARES-PCJ Desenvolvendo trabalhos junto ao SAAE desde 2018	Fiscal Administrativo	Garantir a alocação eficiente dos recursos financeiros e humanos para desenvolvimento do plano atuando na fiscalização do contrato e apoio ao Gestor Administrativo

* Dedicação para acompanhamento do empreendimento, essas horas técnicas não são oferecidas como contrapartida

Fonte: Autor, 2025

9.2. EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA

A equipe técnica da contratada reúne profissionais, que atuam nas áreas essenciais para a elaboração do empreendimento. Abaixo na Tabela 9.2, detalhamos a equipe da contratada.

Tabela 9.2 Equipe Técnica da Contratada

Nº de Profissionais	Formação	Experiência	Função
01	Engenheiro civil	Coordenação de Projetos de Saneamento	Coordenador
01	Engenheiro civil	Elaboração de projetos de estação elevatória de esgoto	Engenheiro Pleno

Tabela 9.2 Equipe Técnica da Contratada

Nº de Profissionais	Formação	Experiência	Função
01	Engenheiro ambiental	Elaboração de projetos de estação elevatória de esgoto	Engenheiro Pleno
01	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico	Estudos de avaliação da qualidade de energia em unidades que possuem equipamentos eletromecânicos em saneamento	Engenheiro Pleno
01	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico	Elaboração de projetos de estação elevatória de esgoto	Engenheiro Pleno
01	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico	Elaboração de estudos de energia reativa e proposição de melhorias corretivas visando a eficiência energética	Engenheiro Pleno
01	Técnico de nível médio	Experiência em desenhos técnicos em sistemas de esgotamento sanitário	Desenhista Técnico (Cadistas)
01	Técnico de nível médio	Experiência em auxiliar em campo o coordenador, engenheiro pleno e desenhista	Auxiliar Técnico

Fonte: Autor, 2025

10. METAS, AÇÕES E INDICADORES

Metas:

- Melhorar a eficiência e confiabilidade do sistema de transporte de esgoto nas Estações Elevatórias (EEEs).
- Reduzir custos operacionais e consumo energético.
- Modernizar a infraestrutura com automação, monitoramento e contingência energética.
- Garantir conformidade com normas técnicas e ambientais.

- Preparar o sistema para demanda futura, considerando o crescimento urbano.

Indicadores:

- Eficiência energética: Redução do consumo de energia após substituição dos conjuntos motor-bomba.
- Confiabilidade operacional: Diminuição de falhas e interrupções no bombeamento.
- Monitoramento: Implantação de sistemas de telemetria e medidores de vazão em 100% das EEEs críticas.
- Sustentabilidade: Adequação a normas ambientais e redução de energia reativa (com banco de capacitores).
- Capacidade ampliada: Projetos de ampliação em EEEs que atendam à demanda futura.

Ações Principais:

- Diagnóstico técnico detalhado das EEEs (hidráulica, elétrica, automação e estrutural).
- Substituição de conjuntos motor-bomba por modelos mais eficientes.
- Modernização de painéis elétricos com banco de capacitores e proteção adequada.
- Instalação de sistemas de automação e telemetria para controle remoto.
- Inclusão de geradores de backup em EEEs estratégicas.
- Medição precisa de vazão com medidores eletromagnéticos.
- Projetos de ampliação em EEEs com capacidade insuficiente.
- Elaboração de projetos básicos e executivos (hidráulicos, elétricos, civis e de automação).

11. PRODUTOS, RESULTADOS, FORMA E BENEFÍCIOS ESPERADOS

Os produtos previstos neste Termo de Referência deverão ser apresentados no formato de Relatórios que demonstrarão o desenvolvimento dos trabalhos através da inclusão no texto, ou em anexos, conforme o caso, das descrições, formulários, planilhas, mapas, desenhos de projeto, questionários, fotografias, gravações, material de apresentação, atas, e todas as formas de registro possíveis das atividades e ações desenvolvidas.

Os relatórios deverão ser autoexplicativos, independentemente de consultas aos anexos, que serão referidos como fontes para análise de detalhes dos resultados ali apresentados.

Em cada relatório deverão ser comprovadas, no mínimo, as atividades previstas para o período respectivo, observados os prazos estabelecidos pelo Cronograma Físico-Financeiro.

Os produtos, após aprovados, deverão ser apresentados em língua portuguesa lida e falada no Brasil e entregues em uma via impressa colorida, em papel sulfite branco, tamanho A4, e também em meio digital (CD-ROM ou DVD). Os textos e planilhas dos relatórios deverão ser elaborados nos formatos PDF e em arquivos em formatos editáveis, em Word e/ou Excel (versões atualizadas), na fonte Arial, tamanho 11 e orientando-se pelas regras da ABNT.

Os arquivos dos projetos deverão estar em formato .dwg ou equivalente, com todos os arquivos fonte e em conformidade de identificação e layouts, e que possam ser abertos em softwares CAD.

Os produtos cartográficos deverão estar em formato shapefile ou equivalente, com todos os arquivos fonte e em conformidade de identificação e layouts, seguindo as convenções cartográficas básicas estabelecidas pelos órgãos reguladores da Cartografia Nacional e Estadual, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IGC (Instituto Geográfico e Cartográfico). Deverão, assim, apresentar informações básicas, como: Sistema de Coordenadas; Datum e Projeção; Grade de Coordenadas; Escala Numérica e Gráfica; Data e Fonte das informações. Para este termo de referência deverá

ser adotado o sistema de coordenadas UTM, zona 23 Sul, Datum SIRGAS 2000, coordenadas UTM, graus decimais e graus sexagesimais.

Somente após a aprovação dos produtos, a CONTRATADA deverá entregar 3 (três) vias de cada produto, à CONTRATANTE, em mídia digital. A CONTRATADA deve apresentar os produtos para a CONTRATANTE, conforme os prazos estabelecidos e as quantidades solicitadas. Aos parceiros será encaminhada, pela CONTRATANTE, uma via digital de cada produto aprovado, em mídia digital.

Todos os produtos produzidos por profissionais da empresa CONTRATADA são de propriedade da CONTRATANTE, sendo proibido qualquer tipo de reprodução e divulgação sem o conhecimento e aprovação prévia da mesma.

Todos os desenhos, componentes do estudo, deverão estar devidamente catalogados e organizados.

Os títulos dos relatórios acima apresentados constituem apenas uma orientação preliminar e poderão ser alterados em função do andamento dos trabalhos.

Os documentos emitidos deverão conter a relação dos técnicos participantes de sua elaboração.

A aprovação dos Produtos, por parte da supervisão, não exime a CONTRATADA da responsabilidade técnica pelos trabalhos.

Após a aprovação de todos os produtos por parte da CONTRATANTE, a CONTRADA deverá entregar o Relatório Final, contemplando todos os produtos aprovados incluindo todas as plantas, mapas, projetos e quaisquer arquivos que eventualmente forem utilizados ao longo da elaboração deste objeto.

Os projetos básicos e executivos finalizado e aprovado deverá ser entregue via impressa, em volume encadernado, assinado e rubricado pelos autores responsáveis e em 02 (duas) vias digitais com os arquivos em formato aberto (editável) e fechado (exemplo .pdf) em arquivo eletrônico compatível com os softwares utilizados pela CONTRATANTE, de forma a permitir

impressões, com plantas, textos e planilhas em formatos e adequados e gravados em CDs, dividindo em diretórios próprios, devidamente identificados. Todos os produtos devem ser assinados eletronicamente com certificação digital ICP Brasil.

Uma cópia impressa e uma cópia com arquivo digital serão entregues à Secretária Executiva do comitê CBH-PCJ para sua aprovação final, bem como disponibilizado no sistema do SinFehidro.

Os produtos serão entregues a CONTRATADA em conformidade com cronograma físico-financeiro.

É obrigatória a apresentação da (s) ART (s) dos projetos e estudos realizados devidamente recolhida (s) e assinada (s) pelo (s) autor (s).

11.1. PRODUTO 01: PLANO DE TRABALHO

Relatório contendo o Plano de Trabalho, com todos os elementos que comprovem a execução dos serviços descritos no item 8.1.1 deste TR.

Prazo de Execução: em até um mês após o aceite da ordem de serviço.

O pagamento dos serviços referente ao **Produto 01** será realizado após a aprovação do relatório enviado pela CONTRATADA.

11.2. PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DE TODAS AS EEES

Relatório técnico detalhado com o diagnóstico e avaliação de cada EEE, bem como levantamento topográfico e relatório de sondagem com todos os elementos que comprovem a execução dos serviços descritos no item 8.1.2 deste TR.

Prazo de Execução: em até quatro meses após o aceite da ordem de serviço.

O pagamento dos serviços referente ao **Produto 02** será realizado após a aprovação do relatório enviado pela CONTRATADA.

11.3. PRODUTO 03: PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA MELHORIAS DE TODAS AS EEE

Apresentar Projeto Básicos e Executivos para melhoras das EEE ativas, sendo Projetos Hidráulicos, Projeto Elétrico, Projeto Controle e Automação, Projeto Estrutural, Projeto de Eficiência Energética, Planilha Orçamentaria, Cronogra-Físico Financeiro, de demais documentos necessários, com todos os elementos que comprovem a execução dos serviços descritos no item 8.1.3 deste TR.

Prazo de Execução: em até oito meses após o aceite da ordem de serviço.

O pagamento dos serviços referente ao **Produto 03** será realizado após a aprovação do relatório enviado pela CONTRATADA.

11.4. PRODUTO 04: LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Relatório contendo toda documentação necessária para o Licenciamento Ambiental, com todos os elementos que comprovem a execução dos serviços descritos no item 8.1.4 deste TR.

Prazo de Execução: em até dez meses após o aceite da ordem de serviço.

O pagamento dos serviços referente ao **Produto 04** será realizado após a aprovação do relatório enviado pela CONTRATADA.

12. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade do projeto de readequação das estações elevatórias de esgoto será garantida por meio de medidas técnicas, operacionais e institucionais, assegurando a perenidade dos benefícios socioambientais e a eficiência do sistema. Abaixo, detalhamos os aspectos exigidos:

- (i) Impactos Socioeconômicos

Melhoria da Saúde Pública: A redução de vazamentos e extravasamentos de esgoto diminuirá a incidência de doenças relacionadas à contaminação hídrica, reduzindo custos com atendimento médico-hospitalar.

Atração de Investimentos: A modernização do sistema de esgotamento sanitário contribuirá para a melhoria da qualidade de vida no município, potencializando o desenvolvimento econômico e a valorização imobiliária.

(ii) Durabilidade e Manutenção do Objeto

Vida Útil: Os equipamentos substituídos (motores, bombas, sistemas de automação) terão vida útil estimada conforme identificado em projeto, desde que realizadas as manutenções preventivas e corretivas conforme especificado no projeto.

Materiais Duráveis: Serão utilizados materiais resistentes à corrosão (como tubos de PVC ou polietileno de alta densidade) e revestimentos antiabrasivos para prolongar a durabilidade das estruturas.

Manutenção Periódica Preventiva: Inspeções trimestrais nos sistemas elétricos e hidráulicos, limpeza de grades e válvulas, e calibração de sensores.

Manutenção Periódica Corretiva: Reparos pontuais em caso de falhas, com prazo máximo de 48 horas para atendimento de emergências.

(iii) Órgãos e Entidades Responsáveis

Operação e Manutenção: A responsabilidade pela gestão pós-obra será do SAAE de Pedreira.

Fiscalização: O SAAE monitorará o cumprimento das metas de redução de impactos ambientais.

Monitoramento Contínuo: A automação das estações permitirá o acompanhamento remoto por parte da equipe técnica, com alertas para eventuais anomalias.

(iv) Custos e Fontes de Recursos

Por hora os custos de Manutenção não são passíveis de estimativa, porém serão mensurados após elaboração de projeto e execução da obra.

Fontes de Recursos:

Recursos Próprios do Município: Alocação no orçamento anual, com prioridade no Plano Plurianual (PPA).

Convênios Estaduais/Federais: Possibilidade de captação via programas como o FEHIDRO.

Tarifa de Saneamento: Parte dos custos poderá ser coberta pela receita gerada pela cobrança dos serviços de esgotamento sanitário.

Medidas Complementares de Sustentabilidade

Eficiência Energética: Substituição de motores por modelos de alto rendimento, correção do fator de potência com bancos de capacitores e automação para reduzir consumo.

Redução de Impacto Ambiental: Minimização de vazamentos, uso de materiais não corrosivos e sistemas de contenção para evitar contaminação do solo.

Gestão de Recursos Hídricos: Medição de vazões para otimizar o bombeamento e reduzir desperdícios.

Resiliência Operacional: Instalação de geradores de emergência para garantir continuidade do serviço em caso de falha energética.

13. QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS E EXIGÊNCIAS PARA A LICITAÇÃO

A necessidade de comprovação de experiência a seguir é um fator primordial para garantia de elaboração do estudo e dos projetos com qualidade, portanto, torna-se necessária a contratação de empresa e profissionais com experiências anteriores para a realização do escopo do contrato.

Face ao vulto do estudo do escopo desta licitação, deverão os responsáveis técnicos das empresas licitantes apresentar expertise e experiência na elaboração trabalhos descritos na sequência, conforme prescreva a legislação.

Os licitantes deverão apresentar suas qualificações para a conformidade dos serviços a serem executados, comprovadas por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem atividades descritas na sequência. Devendo ainda apresentar:

1. Registro da empresa e Certidão de regularidade junto ao CREA;
2. Deverá comprovar a existência em seu quadro permanente de funcionários detentores de Registro ativo junto ao CREA, nos termos da Resolução 218/1973 do CONFEA;
3. Todas as comprovações de documentos, como as certidões, deverão ocorrer no momento da licitação, e deverão ainda apresentar a comprovação de pertencer ao quadro funcional da empresa, por uma das seguintes formas:
 - a) no caso de sócio ou diretor da empresa, através de contrato social ou estatuto social em vigor, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
 - b) no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - c) contrato de prestação de serviços firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame. Ficará condicionada a assinatura do contrato à apresentação do contrato de prestação de serviço registrado em cartório, do profissional detentor do acervo técnico para a execução do serviço. Caso haja a necessidade do profissional ser substituído, deverá ser apresentada a documentação comprobatória de vínculo e de acervo técnico, sendo esta analisada pela área técnica e fiscalização da Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Públicos para aprovação.
4. Todas as Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA citadas acima, para os profissionais vinculados à Empresa, deverão atestar a capacidade técnica para a execução de projetos com as características do objeto de licitação, conforme exigido na sequência.
5. As Certidões de Registro de Pessoa Jurídica e Física emitidas pelo CREA via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de

confirmação de sua autenticidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão ou quando da realização de diligências.

13.1. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA – TÉCNICA E PREÇO

13.1.1. PROPOSTA TÉCNICA

A Proposta técnica da licitação deverá ser o conjunto de documentos e de informações apresentadas em uma única via, de maneira detalhada, com clareza, objetividade e coerência das informações e atendimento às especificações do Termo de Referência, constando no mínimo, os itens descritos a seguir, para fins de pontuação.

Para maior facilidade de avaliação das mesmas, sugere-se que seja elaborada com máximo de 100 (cem) páginas (anverso da folha), no formato A4 (ABNT), tamanho de fonte compatível com Arial 12.

Eventuais desenhos e ilustrações, quando apresentados em páginas separadas dos textos, deverão estar no formato A4 ou A3 e serão computados como páginas.

Na análise e avaliação das Propostas Técnicas serão atribuídas as Notas Técnicas (NTs 1, 2 e 3), que irão variar de 0 a 100, constituídas pelos seguintes tópicos e respectivas notas máximas:

- A.1.1- Conhecimento do problema e Plano de Trabalho: (NT1) Nota máxima = 20 pontos;
- A.1.2- Experiência da Empresa: (NT2) Nota máxima = 40 pontos;
- A.1.3- Experiência da Equipe Técnica Chave: (NT3) Nota máxima = 40 pontos.

A.1.1 - Conhecimento do Problema e Plano de Trabalho

Será atribuída a nota NT1 de até 20 pontos, à Licitante que respeitar as especificações previstas no Termo de Referência, devendo demonstrar tecnicamente o conhecimento do problema, com enfoque no escopo do trabalho, evidenciando cada fase que envolve a realização dos projetos, abordando os seguintes itens:

A.1.1.1 –Conhecimento do Problema: Descrição do atual sistema de esgotamento sanitário de Pedreira, com ênfase nas estações elevatórias de esgoto, apresentando dados técnicos e níveis de atendimento e cobertura dos serviços à população no município, incluindo os indicadores. Neste item também deverão ser apresentadas as principais dificuldades do sistema de esgotamento sanitário e os desafios em virtude do crescimento populacional que irá ocorrer no município. Deverão ser apresentadas soluções evidenciadas pela experiência da empresa licitante em operações em outros municípios que proporcionam melhorias operacionais para estações elevatórias de esgoto (até 10,00 pontos);

A.1.1.2 – Plano de Trabalho: Deverá ser apresentado a metodologia de como serão realizadas cada atividade a ser executada, descrevendo os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para cada produto a ser desenvolvido. Neste documento também deverá ser apresentada a estrutura física existente na empresa, bem como a equipe técnica com a sua respectiva qualificação que serão utilizadas para cada atividade descrita no Termo de Referência (até 10,00 pontos);

A **NT1** atribuída ao item A.1.1, será obtida pela média ponderada de acordo com a avaliação dos subitens, adotando-se os critérios de **Notas** e **Pesos**, conforme mostra a Tabela 12.1e adotando-se os critérios descritos abaixo e a **Fórmula 1**.

- Critérios para Atribuição das Notas dos Subitens (NA.1.1.1 e NA.1.1.2) (1)

(i) **Não apresentado:** Serão enquadrados nesta qualificação as propostas que não apresentarem descrição sobre os itens solicitados nos itens A1.1.1. e A1.1.2.

(ii) **Apresentação incompleta:** Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais as empresas que apresentarem as proposições mínimas requeridas, mas não apresentarem proposições ou organização no sentido de propiciar um aperfeiçoamento perceptível de um conhecimento diferencial dos problemas que apontem para melhorias.

(iii) **Apresentação completa:** Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais as empresas que apresentarem as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados.

Tabela 12.1. Critério de Pontuação para o Quesito Conhecimento do Problema

Subitens	NT1 Máxima	Critério para atribuição das Notas dos Subitens (NA1.1.1 e NA1.1.2) ¹			Pesos Atribuídos a cada Subitem	
		Não Apresentado	Apresentado Incompleto	Apresentação Completa	P A1.1.1	P A1.1.2
A.1.1.1 e A.1.1.2	20,0	0,0	5,0	10,0	10,0	10,0

(1) - Notas máximas a serem atribuídas a cada subitem para composição da NT1

$$\text{Fórmula 1: NT1} = [(NA.1.1.1 \times PA1.1.1) + (NA.1.1.2 \times PA1.1.2)] / 10$$

A.1.2 – Experiência da Empresa

Será atribuída a nota **NT2** (40 pontos) calculada pela pontuação dos atestados técnicos devidamente acervados emitidos por pessoa jurídica em nome da empresa licitante, conforme pontuação apresentada na Tabela 12.2.

Tabela 12.2. Pontuação para obtenção da nota da experiência da empresa (NT2)

Item	Descrição	Quantidade de Atestado	Pontuação por atestado	Pontuação Total
1	Experiência comprovada através de estudos de avaliação da qualidade de energia em unidades que possuem equipamentos eletromecânicos em saneamento	01	10,0	10,00
2	Experiência comprovada de elaboração de projetos executivos em estações elevatórias de esgoto	02	10,0	20,00
3	Experiência em elaboração de estudos de energia reativas e proposição de melhorias corretivas	01	10,0	10,00

Tabela 12.2. Pontuação para obtenção da nota da experiência da empresa (NT2)

Item	Descrição	Quantidade de Atestado	Pontuação por atestado	Pontuação Total
	visando a eficiência energética			
Total				40,00

* - os atestados descritos em um determinado item não poderão ser utilizados para comprovação em outros itens desta tabela.

Fórmula 3: NT2 = Soma dos valores apresentados na Tabela 12.2.

A.1.3 - Experiência da Equipe Técnica

A nota **NT3** (40 pontos) será calculada com os três subitens seguintes.

A.1.3.1.1 - Experiência do Responsável Técnico

O engenheiro alocado pela Licitante para atuar como Responsável Técnico no desenvolvimento do objeto desta contratação deverá apresentar, além do Termo de Compromisso, o seu *curriculum vitae* devidamente atualizado. A experiência do Responsável Técnico, representado por 2 (dois) profissionais, deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, acompanhada pelo atestado emitido pelo contratante titular, pessoa jurídica de direito público ou privado, onde o profissional figure como Coordenador ou Responsável Técnico.

Os dois profissionais a serem apresentados são:

- 01 profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica.
- 01 profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental;

Será considerado apenas um profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica (Itens 1, 2 e 4 da Tabela 12.3) e um profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental (Item 3 da Tabela 12.3). Não poderão ser apresentados mais profissionais para as pontuações descritas na sequência.

A nota **NT3a** será atribuída de acordo com a seguinte Tabela 12.3.

Tabela 12.3. Notas para Experiência Comprovada do Responsável Técnico
(NT3a)

Item	Descrição	Quantidade de Atestado	Pontuação por atestado	Pontuação Total
1	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação com experiência comprovada através de estudos de avaliação da qualidade de energia em unidades que possuem equipamentos eletromecânicos em saneamento	1	10,0	10,0
2	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico com experiência comprovada de elaboração de projetos executivos em estações elevatórias de esgoto	2	5,0	10,0
3	Engenheiro Civil com experiência em elaboração de projetos de estações elevatórias de esgoto	1	10,0	10,0
4	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico com experiência em elaboração de estudos de energia reativas e proposição de melhorias corretivas visando a eficiência energética	1	10,0	10,0
Total				40,00

Obs: Para os itens 1, 2 e 4 deverá ser apresentado apenas um único profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica. Já para o item 3 deverá ser apresentado um único profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental.

A.1.3.1.2 - Experiência da Equipe Técnica de Nível Superior (NT3b)

A nota **NT3b** será atribuída de acordo com a seguinte Tabela 12.4 conforme tempo de formação dos profissionais, como são dois

profissionais, será necessário tirar a média dos profissionais para obter a pontuação final.

Tabela 12.4. Notas para Experiência Comprovada pelo Tempo de Formado do Profissional

Tempo de Formação (anos)	Nota Máxima NT3b
Maior ou igual a 10	10
Maior ou igual a 05 até 10	7,5
Menos de 5	5

A.1.3.1.3 - Formação Acadêmica da Equipe Técnica (NT3c)

A formação acadêmica dos profissionais que estarão destacados para a realização dos trabalhos terá pontuação de até 10 pontos, como são dois profissionais, será necessário tirar a média dos profissionais para obter a pontuação final.

A nota **NT3c** será atribuída de acordo com a seguinte Tabela 12.5.

Tabela 12.5. Atribuição de Pontuação da Formação Acadêmica para cálculo da nota NT3c.

Formação Acadêmica	Pontuação Máxima
Graduação	1
Especialização	5
Mestrado	7
Doutorado	10

Será atribuída uma nota **NT3** à Licitante, obtida pela Fórmula 3, a seguir, obtida pela soma das notas dos três subitens, adotando-se os critérios de notas e pesos, a seguir descritos, considerando os seguintes pesos: P3a = 20; P3b = 10 e P3c = 10. Será adotado a nota do NT3 como sendo a média dos dois profissionais solicitados.

$$\text{Formula 3: NT3} = [(\text{NT3a} \times \text{P3a}) + (\text{NT3b} \times \text{P3b}) + (\text{NT3c} \times \text{P3c})]/10$$

A Pontuação Técnica da Licitante (**PTL**), será obtida pela somatória das notas técnicas NT1 a NT3, sendo aplicada a Fórmula 4, conforme a seguir:

Fórmula 4: $PTL = \sum NTn / 10;$

onde:

- **PTL** = Pontuação Técnica da Licitante;
- **NTn** = Nota Técnica de cada item da Proposta técnica.

Para o cálculo das pontuações, em todas as operações, serão consideradas apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações.

Serão desclassificadas as LICITANTES que:

- Obter nota zero em qualquer dos itens apresentados ou no caso de não apresentação do mesmo;
- Não cumprirem as exigências contidas neste EDITAL ou se subordinem a qualquer condição não prevista;
- As Propostas Técnicas que não atingirem o mínimo de 6 (seis) pontos na Pontuação Técnica da Licitante (PTL), serão desclassificadas.

13.1.2. PROPOSTA COMERCIAL

Será atribuída a nota **NC = 10** à Proposta Comercial da Licitante que apresentar o menor **VALOR TOTAL**, na Carta Proposta Comercial. As notas das demais Propostas serão pontuadas proporcionalmente, na razão inversa do menor **VALOR TOTAL** ofertado, de acordo com a seguinte fórmula 5:

Fórmula 5: $NC = 10 (Vmin/V);$

onde:

NC = Nota Comercial da Licitante;

Vmin = Menor **VALOR TOTAL** dentre todas as Licitantes classificadas;

V = **VALOR TOTAL** apresentado pela Licitante.

O julgamento e classificação das propostas será realizada por Equipe Técnica, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº L14133, para o tipo

“Técnica e Preço”, com a atribuição de pontos às diversas partes da “PROPOSTA TÉCNICA” e à “PROPOSTA DE PREÇO”.

Serão desclassificadas as propostas que:

- não estejam de forma clara e explícita, em perfeita concordância com os itens do presente edital;
- não atendam às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável ao objeto licitado;
- o preço ofertado for menor que 75% do valor orçado como base do presente processo licitatório.

13.1.3. PONTUAÇÃO FINAL

A Nota Final da Proposta (**NFP**) será obtida fórmula 6, onde a nota técnica representa o peso de 70% e o preço representa o peso de 30%:

Fórmula 6: $NFP = x.PTL + y.NC$

onde:

- x é o peso da Nota Técnica = 7;
- y é o peso da Nota Comercial = 3;
- NC = Nota Comercial da Licitante;
- PTL = Pontuação técnica da Licitante.

Para o cálculo de NFP, somente serão consideradas duas casas decimais, em todas as operações, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações, como efetuado para os cálculos da Notas Técnicas e Comerciais.

Em caso de empate das propostas, obedecidos os critérios legais de desempate, a decisão se dará por sorteio, realizado em ato público, para o qual as licitantes interessadas serão devidamente convocadas.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

14.1. CONTRATANTE

Além das obrigações previstas neste Termo de Referência, e de outras decorrentes da natureza do ajuste, a CONTRATANTE se obriga a:

Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para o cumprimento das etapas previstas neste TR:

- Analisar e aprovar os produtos entregues e apresentados pela CONTRATADA, conforme especificações apresentadas neste TR;
- Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- Relacionar-se com a CONTRATADA por meio de pessoa por ela credenciada;
- Cumprir e fazer cumprir o disposto nas condições deste TR;
- Analisar propostas provenientes de reuniões, dando os respectivos encaminhamentos às mesmas, quando couber;
- Comunicar formalmente as falhas e irregularidades observadas na execução dos serviços prestados e notificar a CONTRATADA sobre aplicação das penalidades, assegurada sua prévia defesa;
- Os serviços serão fiscalizados por técnicos da CONTRATANTE o que não eximirá a responsabilidade da CONTRATADA e de seu engenheiro responsável pelo cumprimento total de suas obrigações, que poderão, mediante instruções por escrito, exigir, sustar, determinar e fazer cumprir o que determina as exigências do Edital.

14.2. CONTRATADA

Caberá à empresa CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

- Fornecer o objeto adjudicado em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas neste TR;
- Ceder à CONTRATANTE a propriedade intelectual/direitos autorais patrimoniais, bem como os direitos de uso, por tempo indeterminado, de todo material criado e produzido a partir deste TR;
- Manter todo o material produzido para a CONTRATANTE sob condições reservadas, não podendo colocá-los à disposição de terceiros, a qualquer título e tempo. Além de manter sigilo sobre todas as informações obtidas junto à CONTRATANTE;
- Comprovar, no momento da execução dos serviços, que os profissionais alocados fazem parte do seu quadro;
- Prestar os serviços por meio de mão de obra especializada e equipamentos adequados de modo a garantir sua plena execução, conforme estabelecido nesse TR;
- Informar, oficialmente à CONTRATANTE, quaisquer irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços prestados;
- Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- Apresentar-se em local, dia e hora, para execução dos serviços, objeto do presente Contrato, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, e entregar os serviços dentro do prazo previsto pelo mesmo, sob pena da aplicação das sanções cabíveis;
- Responsabilizar-se pelas despesas dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes aos honorários da execução dos serviços, despesas com deslocamentos,

hospedagem, alimentação, equipamentos, e outros que incidam sobre o objeto do presente Contrato;

- Responsabiliza-se por todos os ônus dos serviços e encargos a seguir relacionados, que deverão ser computados em sua proposta, independentemente de haver ou não item de planilha específico, quando existirem e de acordo com o Termo de Referência: mão-de-obra especializada que ser fizer necessária, seguros em geral, infortunistica do trabalho e outros fenômenos da natureza, responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios com impostos, tributos, taxas (inclusive ARTs), regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais que abrangerem os serviços sem caber o direito de repassar à CONTRATANTE, custos de plotagem em papel sulfite, impressões (textos, memoriais, especificações técnicas, e outros), cópias, transparências, encadernações, cópias em mídia tipo CD e outros similares, custos de base cartográfica, informações junto à outras entidades, entre outras necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- Disponibilizar aos seus profissionais equipamentos, softwares, veículos, infraestrutura, manuais, e promover a cobertura de todas e quaisquer despesas decorrentes e necessárias para que eles possam desenvolver suas atividades, tais como salários, encargos sociais, impostos, alimentação, locomoção, hospedagem, seguro pessoal etc., ficando a CONTRATANTE isenta dessas responsabilidades.
- Todo material necessário e toda organização para realização das apresentações necessárias (Convites, computadores, data show, apresentação, impressoras, impressos, material didático etc.) serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem

vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorrido nas dependências da CONTRATANTE;

- Responder por danos dolosos ou culposos causados aos bens da CONTRATANTE, a sua imagem ou de terceiros, por seus funcionários e/ou terceiros que estejam trabalhando sob sua orientação e durante a execução dos serviços;
- Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades inerentes ao objeto do Contrato;
- Substituir qualquer funcionário em caso de ausências injustificadas, legais ou férias, de maneira a não prejudicar o andamento e a boa execução dos serviços, garantindo a execução pontual;
- Substituir o funcionário cujo comportamento seja prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da CONTRATANTE ou incompatíveis com o Código de Ética da CONTRATANTE e outros regramentos internos;
- Sempre que for convocada para esclarecimentos a CONTRATADA deverá comparecer sob pena de assumir ônus pelo não cumprimento;
- Em nenhum momento a empresa CONTRATADA transferirá a terceiros as incumbências do contrato, sem aprovação prévia da CONTRATANTE. Nenhuma transferência mesmo autorizada pela CONTRATANTE isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais;
- Elaborar uma ata ou pró-memória de cada um dos seminários e também da audiência pública e encaminhar à CONTRATANTE, podendo os mesmos serem gravados para efeito da produção da ata ou pró-memória.

15. PLANILHA DE ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

Os trabalhos acima especificados foram orçados com base no banco de preço oficial da SABESP (Referência janeiro de 2025).

Os trabalhos especificados deverão ser realizados no prazo de **10(dez) meses**, a contar do aceite da Ordem de Serviço, e deverá constar do respectivo Plano de Trabalho elaborado pela CONTRATADA, o cronograma de execução apresentado juntamente com a planilha de orçamento a serem aprovados previamente pela CONTRATANTE para continuidade dos trabalhos.

Os pagamentos serão liberados após o aceite e aprovação das atividades realizadas e de acordo com cronograma de desembolso a seguir. Todos os relatórios deverão conter a descrição das atividades desenvolvidas e dos produtos entregues e realizados. Os relatórios a serem entregues deverão estar assinados pelo coordenador da CONTRATADA, de forma eletrônica com certificação digital ICP Brasil. O pagamento será realizado mediante a entrega de cada relatório especificado no item 11 deste TR e respectiva aprovação.

O Quadro 15.1 ilustra o cronograma físico e de desembolso para entrega dos produtos.

Quadro 15.1. Cronograma de entrega de produtos e de desembolso

Produtos	Meses												Desembolso
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Produto 01													3%
Produto 02													44%
Produto 03													14%
Produto 04													8%
Produto 05													15%
Produto 06													8%
Produto 07													6%
Produto 08													2%

Fonte: Autor, 2025

16. PAGAMENTO

Quanto aos pagamentos previstos após emissão da Nota Fiscal, a CONTRATANTE deverá efetuar-los em até 15 dias úteis (considerando a data de validade descrita na NF) após a aprovação do produto apresentado pela CONTRATADA. Para tanto, deverá ser observada a retenção dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente quando for o caso. Também poderão ser solicitados, pela Coordenação Financeira da CONTRATANTE, a apresentação de documentos da CONTRATADA, conforme couber. **A Nota fiscal somente deverá ser emitida pela CONTRATADA após comunicado formal do Gestor do contrato indicado pela CONTRATANTE.**

A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, as seguintes certidões:

- a) Certidão de regularidade de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e da dívida ativa da União, da sede ou domicílio do licitante, com validade em vigor.
- b) Certidão de regularidade de Débitos de Tributos Mobiliários Estaduais, da sede ou domicílio do licitante.
- c) Certidão de regularidade de Débitos de Tributos Mobiliários Municipais, da sede ou domicílio do licitante, com validade em vigor.
- d) Certidão de regularidade de débitos trabalhistas com validade em vigor.
- e) Certificado de regularidade do FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.
- f) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

A CONTRATANTE encaminhará as instruções normativas para realização de pagamentos na assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço.

17. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO TOMADOR JUNTO AO FEHIDRO

O Serviço de Água e Esgoto de Pedreira, na condição de tomadora de recursos advindos do FEHIDRO, compromete-se a disponibilizar o Relatório Final gerado pela CONTRATADA ao Colegiado que indicou o empreendimento para financiamento do FEHIDRO, ou outras instâncias a critério do Colegiado.

O tomador também se compromete, na ocasião da prestação de contas da última parcela, a inserção, no Sistema do FEHIDRO (SIGAM/Sinfehidro), de todos os relatórios finais entregues pela contratada para eventual disponibilização no portal do SIGRH. Os relatórios devem estar acompanhados de documento referentes ao: TR final utilizado; eventuais ajustes no escopo e desenhos e produtos gráficos finais (se pertinentes).

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No que for cabível, aplicam-se à presente licitação as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.194 de 25 de março de 2025, disponível para consulta no site deste Município: <https://www.saaepedreira.com.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_31032025100105.pdf

As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.

19. MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO

Na execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma. A CONTRATADA deverá respeitar o Código de Ética da CONTRATANTE.

20. IMPACTOS AMBIENTAIS

Este Termo de Referência considerou todas as atividades descritas no item 8, as quais se concentram majoritariamente em estudos, projetos e planejamentos.

As atividades serão predominantemente em escritório, ou seja, a maior parte das atividades será realizada em ambiente controlado, sem geração de resíduo ou emissões diretas, minimizando assim os impactos ambientais.

As atividades de campo se limitam a levantamentos do sistema de abastecimento de água, avaliações, as quais serão realizadas utilizando equipamentos portáteis e não invasivos, não causando danos ao meio ambiente.

Os impactos ambientais potenciais indiretos, podem surgir em uma etapa posterior, durante a implementação dos projetos. Tais obras, podem gerar ruídos, resíduos de construção civil e perturbações temporárias no ambiente.

Portanto visando minimizar os impactos ambientais subsequentes a elaboração deste projeto, os trabalhos desenvolvidos devem considerar tecnologias limpas e eficientes. Os profissionais envolvidos devem ser capacitados em práticas sustentáveis e gestão ambientais, a fim de garantir a adoção de medidas mitigadoras e preventivas.

A avaliação dos impactos ambientais realizadas neste Termo de Referência demonstram que a atividades propostas apresentam baixo potencial de causar danos ao meio ambiente, especialmente quando comparadas aos benefícios ambientais esperados com a implantação dos projetos. A adoção de medidas mitigadoras e a utilização de tecnologias limpas garantirão que os impactos ambientais sejam minimizados ao longo de todo o processo.

21. MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco é uma ferramenta que identifica, analisa e avalia os riscos associados ao empreendimento.

Quando empregada na Elaboração do Projeto da readequação das Estações Elevatórias de Esgoto, permitiu uma avaliação sistemática dos riscos inerentes a cada etapa do processo. Através da análise de probabilidade e impacto, foi possível identificar e hierarquizar os potenciais riscos, culminando na classificação do empreendimento como baixo risco, dada a predominância de atividades de caráter técnico (estudos, projetos e planejamentos).

A construção da matriz teve como base as premissas apresentadas no Quadro 21.1, sendo os resultados detalhados na Tabela 21.1.

Quadro 21.1. Matriz de Classificação de Risco

Matriz de Classificação de Risco												
Probabilidade de ocorrência (P) x Severidade (S)	Sem impacto (1)	Pequena (2)	Moderada (3)	Grande (4)	Catastrófica (5)		P x S	Sem impacto (1)	Pequena (2)	Moderada (3)	Grande (4)	Catastrófica (5)
Quase certo (5)	Risco baixo	Risco elevado	Risco elevado	Risco extremo	Risco extremo	➡	Quase certo (5)	5	10	15	20	25
Muito Provável (4)	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo	Risco extremo		Muito Provável (4)	4	8	12	16	20
Provável (3)	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco elevado	Risco elevado		Provável (3)	3	6	9	12	15
Pouco Provável (2)	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco moderado	Risco elevado		Pouco Provável (2)	2	4	6	8	10
Raro (1)	Risco baixo	Risco baixo	Risco baixo	Risco baixo	Risco baixo		Raro (1)	1	2	3	4	5

I x P	Classificação do risco	Ações de gerenciamento
<6	Risco baixo	Nenhuma ação é requerida.
6-9	Risco moderado	Necessidade de atenção.
10-15	Risco elevado	Necessidade de especial atenção.
>15	Risco extremo	Necessidade de ação imediata.

Escala de Impacto (I)		
1	Sem Impacto	Sem impacto ou não detectável.
2	Pequena	Potencial prejuízo
3	Moderada	Moderadamente prejudicial
4	Grande	Potencial agravamento
5	Catastrófica	Potencial catastrófico

Escala de Probabilidade (P)		
1	Raro	Pode ocorrer em situações excepcionais.
2	Pouco provável	Pouco provável de ocorrer
3	Provável	Provavelmente vai ocorrer
4	Muito provável	Muito provável de ocorrer
5	Quase certa	Ocorre frequentemente

Fonte: Autor, 2025

Tabela 21.1. Classificação de risco das atividades

Atividades	Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação de risco
Plano de trabalho	Erros na elaboração do cronograma inicial de serviços	1	2	Risco Baixo
Diagnóstico e avaliação de todas as EEEs	Falta de dados e informações das unidades operacionais	1	2	Risco Baixo
Elaboração dos Projetos Básicos e Executivos de cada EEEs (Hidráulico, Estrutural, Elétrico e de Automação, Eficiência Energética e Orçamentos e Cronogramas Físico-Financeiros)	Dificuldade na geração dos dados e informações necessárias	2	2	Risco Baixo
Licenciamento Ambiental	Documentos complementares solicitados	2	2	Risco Baixo

Fonte: Autor, 2025

22. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pedreira/panorama>> Acesso em: 31 de outubro de 2024.

PCJ. Fundação Agência das Bacias PCJ. Manual Orientativo - Seleção e Indicação de Empreendimentos (Saneamento) - PCJ.T.MA.001/202. Piracicaba, 2021. Disponível em <<https://agencia.baciaspcj.org.br/projeto/captacao-de-recursos/>>

PCJ. Fundação Agência das Bacias PCJ. Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2020-2035. Piracicaba, 2020. Disponível em <<https://plano.agencia.baciaspcj.org.br/o-plano/documentos/relat%C3%B3rio-final>>

PMSB - Plano Municipal De Saneamento Básico De Pedreira 2023. Disponível em: <<https://pedreira.sp.gov.br/plano-de-saneamento-basico-de-pedreira>>. Acesso em: 07 de maio de 2025.

SNIS. Sistema Nacional De Informações Sobre Saneamento. Série Histórica. Disponível em <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

RESPONSÁVEL LEGAL



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Trata-se de Estudo que antecede a contratação de empresa para a elaboração de projeto básico e executivo da readequação das estações elevatórias de esgoto visando o devido escoamento até a estação de tratamento de esgoto de Pedreira.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O município de Pedreira/SP possui um sistema de esgotamento sanitário composto por 26 Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs), sendo 22 ativas, 3 em construção e 1 desativada, além de redes coletoras, poços de visita e uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Entretanto, devido à topografia acidentada, o transporte eficiente dos efluentes depende criticamente do funcionamento adequado dessas EEEs, que atualmente apresentam:

- Falta de geradores de energia (vulnerabilidade a interrupções e extravasamentos);
- Conjuntos motobomba obsoletos (perda de eficiência energética e custos elevados);
- Falta de automação e medição (dificuldade de monitoramento);
- Painéis elétricos desatualizados (risco de falhas operacionais).

Esses problemas foram diagnosticados no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB – 2023, Volume 4), que prevê investimentos de R\$ 22.527.620,00 para modernização do sistema, incluindo:

- Implantação de geradores;
- Substituição de motobombas;
- Automação e medição ultrassônica;
- Elaboração de novos projetos completos.

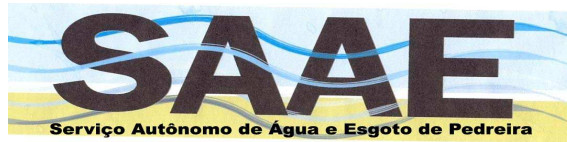
A não intervenção acarretaria:

- Aumento de custos com manutenções corretivas;
- Riscos ambientais e sanitários (extravasamentos e contaminação hídrica);
- Incapacidade de atender à expansão urbana, comprometendo a universalização do serviço.

Sendo assim, tanto para resolução fática do quadro apresentado, quanto para cumprimento das metas do Plano Municipal de Saneamento Básico, faz-se necessária a contratação em questão.

Importante salientar que no presente momento a Autarquia não dispõe de quadro de funcionários técnicos suficientes para executar diretamente tal demanda, necessitando, assim, que o objeto em questão seja licitado para contratação de empresa específica e com a expertise necessária para o atendimento.

Sabedora da necessidade, a Autarquia protocolou projeto junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO para a contemplação de recursos necessários a contratação pretendida. O



projeto foi aprovado, mas depende, para sua efetivação, da realização do competente certame licitatório para contratação de empresa.

Tudo o quanto exposto reforça e demonstra cabalmente a latente necessidade da Autarquia em proceder à licitação para a contratação do objeto.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto está incluso no plano de contratação anual desta Autarquia.

3. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

A Elaboração do Projeto Básico e Executivo para melhoria dos sistemas de transporte de esgoto nas Estações Elevatórias de Pedreira visa ao estabelecimento de uma base de dados inicial, sua análise e consistência, o processamento destes dados, o diagnóstico e identificação dos problemas, e finalmente, sua consolidação na forma de projetos básicos e executivos, que comporão a ferramenta de planejamento em questão, podendo ser detalhado em 04 tópicos organizados de acordo com a estrutura a seguir:

- I. Plano de Trabalho;
- II. Coleta de dados e vistorias em campo
- III. Diagnóstico e avaliação de todas as EEE;
- IV. Projeto Básico e Executivo para melhorias de todas as EEE (apresentados separadamente);
- V. Licenciamento Ambiental

Para elaboração do presente trabalho deverão ser levados em considerações os Planos Diretores existente no município, como o Plano Municipal de Saneamento Básico (2023), e todos os trabalhos já realizados no âmbito do esgotamento sanitário no município, bem como observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

Os requisitos para atendimento de cada um dos itens supracitados, bem como os requisitos técnicos e documentais da licitante, serão mais bem abordados e detalhados no Termo de Referência que deverá seguir como Anexo ao Edital.

4. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS

Trata-se de contratação de objeto único concernente à elaboração de Projeto Básico e Executivo da Readequação das Estações Elevatórias de Esgoto, a ser iniciado e finalizado no prazo de 10 (dez) meses a contar do início dos trabalhos, que deve ocorrer em até 1 mês após o aceite da Ordem de Serviço.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após estudo, foram identificadas duas formas de se efetivar o objeto do contrato:



1) Execução direta: confecção dos projetos diretamente pelos servidores do quadro da Autarquia;

2) Contratação de empresa especializada.

A solução 1 se mostra inviável diante da realidade da Autarquia. O quadro de funcionários é diminuto, já com alta demanda cotidiana a ser atendida de forma a impossibilitar a dedicação necessária para realização de um trabalho desta magnitude. Além do mais, há que se dizer que se trata de matéria bastante específica e detalhada que exige expertise do profissional executor e experiência com redações e estruturas normativas.

A solução 2 se mostra adequada neste cenário, vez que em rápida pesquisa é possível constatar a existência de diversas empresas que podem ofertar o serviço em questão com refinada qualidade e em tempo razoável.

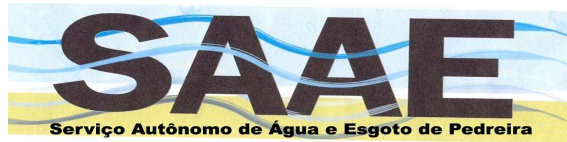
A modalidade da licitação é outro aspecto a ser levantado neste tópico. Pode-se afirmar que o objeto a ser contratado não é classificado como comum, vez que seu padrão de qualidade não pode ser objetivamente definido pelo Edital por meio de especificações usuais de mercado. O trabalho intelectual a ser desenvolvido mostra complexidade incompatível com a licitação por meio de pregão.

Pelas circunstâncias da contratação, vê-se estar diante de uma licitação na modalidade concorrência que permite critérios ampliados de julgamento.

Como já explanado anteriormente neste Estudo, a contratação em questão é objeto de projeto aprovado previamente pelo FEHIDRO que subsidiará o Município com o recurso necessário. Para que a contratação seja aprovada pelo citado Fundo, todavia, faz-se necessário o cumprimento de algumas exigências e orientações. Uma das orientações refere-se ao critério de julgamento da licitação, do qual se indica que seja técnica e preço.

De fato, para além da orientação repassada, o critério apontado deveria ser o escolhido pela Administração. Isto porque o objetivo primordial da Autarquia não é a contratação de serviço comum previamente padronizado com a melhor vantagem financeira, mas sim a contratação de trabalho intelectual complexo que traga soluções à Administração com refinada qualidade e distinta expertise técnica.

O uso desse critério é justificado pelo caráter estratégico do trabalho a ser desenvolvido, que impacta diretamente na eficiência e continuidade do bombeamento de água, reduzindo custos energéticos e minimizando impactos ambientais. Uma proposta tecnicamente robusta é essencial para o alcance dos resultados esperados, razão pela qual a qualificação técnica da licitante deve ter peso significativo na avaliação da proposta.



Desta forma, pode-se afirmar categoricamente que a ponderação da qualidade técnica da proposta ultrapassa os engessados requisitos mínimos estabelecidos no Edital e são necessários para a garantia de entrega do resultado com o padrão de qualidade e de técnica esperados.

Por derradeiro, a contratação sob análise se enquadra na previsão do artigo 36, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 14.133/21 que determina que serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual devem ser contratados preferencialmente com a utilização do critério de julgamento da técnica e preço.

No mesmo sentido, impõe o artigo 37, parágrafo 2º, incisos I e II:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

[...]

§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:

I - melhor técnica; ou

II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a estimativa de contratação, fora realizada planilha de orçamento, utilizando-se como referência de preço a tabela da SABESP_jan/26, chegando-se ao valor de R\$ 1.226.332,60 (um milhão e duzentos e vinte e seis mil e trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

Ressalta-se que tal orçamento fora validado pelo FEHIDRO que repassará o recurso para a Autarquia para o adimplemento majoritário do contrato.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução identificada para atender à necessidade de elaboração de projeto básico e executivo da readequação das estações elevatórias de esgoto visando o devido escoamento até a E.T.E, consiste na contratação de empresa especializada, por meio de procedimento licitatório na modalidade Concorrência, adotando-se o critério de julgamento por técnica e preço, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A escolha por essa solução decorre da inexistência de estrutura técnica e operacional própria na Administração Municipal para a realização das atividades exigidas, as quais demandam



conhecimento técnico especializado, instrumentalização adequada e equipe multidisciplinar capacitada. A elaboração dos referidos projetos abrange um conjunto de itens técnicos, detalhados no Termo de Referência, os quais exigem análises, diagnósticos e proposições específicas voltadas à melhoria dos sistemas de transporte de 22 Estações Elevatórias ativas de Pedreira.

Dentre as alternativas avaliadas, a contratação de empresa especializada se mostrou a mais viável e vantajosa, tanto sob o aspecto técnico quanto econômico, considerando o volume e a complexidade das ações necessárias, bem como a possibilidade de custeio com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, cabendo à Autarquia apenas o aporte de contrapartida.

A solução adotada está, portanto, alinhada com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, e atende aos objetivos de sustentabilidade e responsabilidade na gestão de recursos hídricos. O detalhamento das exigências técnicas da contratação no Termo de Referência assegura que a execução seja realizada com qualidade e com foco nos resultados esperados pela Autarquia.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATATAÇÃO

A presente solução não comporta o parcelamento sem que haja o comprometimento do seu conjunto.

Primeiramente, há que se dizer que todo o trabalho a ser elaborado é considerado um único item e objeto, não havendo possibilidade de desmembramento. Isto porque todas as etapas da elaboração dos projetos precisam seguir uma mesma estratégia técnica e operacional, apresentando coerência entre suas fases.

A divisão do objeto poderia acarretar em desconexão entre os estudos, estratégias e ações apontadas no trabalho, inviabilizando sua aplicação pela Autarquia e inutilizando assim, a contratação realizada.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS

Considerando se tratar de licitação na modalidade concorrência e critério de julgamento de técnica e preço (item 5), para dar integral cumprimento à Lei 14.133/21, especialmente ao seu artigo 37, é necessária a designação de banca formada por no mínimo 3 membros, dentre os quais podem ser:

- I - servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública;
- II - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º desta Lei.

A formação da referida banca deve se dar de forma prévia à publicação do Edital da licitação.



9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Haverá contratação correlata em caso de necessidade de contratação de profissionais para composição da banca citada no item anterior. Tal contratação fica dispensada se a banca puder ser formada por servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS

As atividades serão predominantemente em escritório, ou seja, a maior parte das atividades será realizada em ambiente controlado, sem geração de resíduo ou emissões diretas, minimizando assim os impactos ambientais.

As atividades de campo se limitam a levantamentos do sistema de abastecimento de água e avaliações, as quais serão realizadas utilizando equipamentos portáteis e não invasivos, não causando danos ao meio ambiente.

Os potenciais impactos ambientais indiretos podem surgir em uma etapa posterior, durante a implantação dos projetos. Tais obras podem gerar ruídos, resíduos de construção civil e perturbações temporárias no ambiente.

Portanto visando minimizar os impactos ambientais subsequentes a elaboração dos projetos, os trabalhos desenvolvidos devem considerar tecnologias limpas e eficientes. Os profissionais envolvidos devem ser capacitados em práticas sustentáveis e gestão ambientais, a fim de garantir a adoção de medidas mitigadoras e preventivas.

A avaliação dos impactos ambientais demonstra que a atividades propostas apresentam baixo potencial de causar danos ao meio ambiente, especialmente quando comparadas aos benefícios ambientais esperados com a implementação dos projetos. A adoção de medidas mitigadoras e a utilização de tecnologias limpas garantirão que os impactos ambientais sejam minimizados ao longo de todo o processo.

11. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Neste caso não existe a possibilidade de contratação de pessoa física.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que é cabível a licitação, na modalidade Concorrência, estabelecendo-se critérios de julgamento de “TÉCNICA E PREÇO”, no modo de disputa FECHADO, desde que atendidas às especificações e exigências, onde após as pesquisas feitas, a forma indicada é a que melhor se adequa a realidade atual desta Autarquia.

Justificativa da viabilidade:



A contratação alinha-se às finalidades da Autarquia e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico, conforme demonstra este estudo.

Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados.

As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda.

No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser executada por diversas empresas, o que é um indicativo da participação de várias concorrentes na seleção do fornecedor.

Segue anexa a este estudo a Análise de Risco.

13. FONTES DE RECURSO

A contratação será custeada majoritariamente com recursos repassados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, e parcialmente com recursos próprios no que diz à contrapartida a ser ofertada.

14. RESPONSÁVEL

JOSÉ MORETTI NETO



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO

ITEM	QUANT(S)	UNID(S)	DESCRIÇÃO(ÕES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serv.	Elaboração de projeto básico e executivo da readequação das estações elevatórias de esgoto visando o devido escoamento até a estação de tratamento de esgoto de pedreira , conforme termo de referencia	R\$	R\$

Valor Global: R\$____,00 (____).

1- Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta dias), a contar da data da entrega de seu respectivo envelope.

2- Declaro, sob as pena da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital.

3 – Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos, sociais, material, despesa administrativas, seguro, Transporte e lucro.

Local e data :

Apresentar o(s) endereço de e-mail(s) para comunicação:

Assinatura do Representante Legal

CNPJ



ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX

SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO Processo Licitatório nº 02/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E EGOTO
DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E EGOTO DE PEDREIRA/SP por intermédio do(a)
(órgão contratante), com sede no(a), na cidade de
/Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)
(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial
do Município de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante
denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº,
sediado(a) na....., em..... doravante designado CONTRATADO, neste ato
representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da
empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº
..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais
legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Pública
n. 01/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de uma empresa para elaboração de projeto básico e executivo da readequação das estações elevatórias de esgoto visando o devido escoamento até a estação de tratamento de esgoto de pedreira, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	QUANT(S)	UNID(S)	DESCRIÇÃO(ÕES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serv.	Elaboração de projeto básico e executivo da readequação das estações elevatórias de esgoto visando o devido escoamento até a estação de tratamento de esgoto de pedreira , conforme termo de referencia	R\$	R\$

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência é de 10 (dez) meses, contados de um mês após o aceite da ordem de serviços, contrato será prorrogado automaticamente se o objeto não for concluído.

2.1.1. O início da execução do objeto inicia a contar de um mês do aceite da ordem de serviços.



2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e manutenção do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. A **AUTARQUIA** pagará à(s) **EMPRESA(S) CONTRATADA(S)** pela execução do objeto licitado, através da sua tesouraria, da seguinte forma:

6.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis (considerando a data de validade descrita a NF) após a aprovação do produto apresentado pela CONTRATADA. Para tanto, deverá ser observada a retenção dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente quando for o caso. Também poderão ser solicitados, pela Coordenação Financeira da CONTRATANTE, a apresentação de documentos da CONTRATADA, conforme couber. **A Nota fiscal somente deverá ser emitida pela CONTRATADA após comunicado formal do Gestor do contrato indicado pela CONTRATANTE.**

6.3. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, as seguintes certidões:

6.3.1. Certidão de regularidade de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e da dívida ativa da União, da sede ou domicílio do licitante, com validade em vigor;

6.3.2. Certidão de regularidade de Débitos de Tributos Mobiliários Estaduais, da sede ou domicílio do licitante;

6.3.3. Certidão de regularidade de Débitos de Tributos Mobiliários Municipais, da sede ou domicílio do licitante, com validade em vigor.

6.3.4. Certidão de regularidade de débitos trabalhistas com validade em vigor.

6.3.5. Certificado de regularidade do FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.



6.3.6. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

6.4. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira – SAAE não efetuará qualquer pagamento por boleto bancário ou ficha de compensação. Os pagamentos serão feitos via depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante ou mediante retirada no valor na Tesouraria do SAAE.

6.5. Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGF n 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada a cada pagamento realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

6.6. A prestação de serviço do objeto do contrato administrativo ficará sujeita à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil ou superveniente), para a matéria.

6.7. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1.998.

6.8. Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira/SP será entregue ao futuro contratado em até 60 (sessenta) dias após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além do que consta no Termo de Referência e seu apêndice, são obrigações do Contratante:



8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos (Termo de Referência), assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao fiscal administrativo do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- 9.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, observada a legislação pertinente;
- 9.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 9.22. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.
- 9.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bemestar no trabalho;

9.30. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.33. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.34. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.35. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.36. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.37. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.38. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.39. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.40. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.41. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.42. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



9.43. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.44. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.45. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.46. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.47. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.47.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.47.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não há exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas na legislação vigente e no Decreto Municipal nº 4.194 de 25 de março de 2025 do CONTRATANTE, disponível para consulta no site deste Município: <https://www.saaepedreira.com.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_31032025100105.pdf

12.3. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, nos termos do art. 158 e seguintes da Lei nº 14.133 e 14 e seguintes do Decreto nº 4.240/2025 e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

Unidade: SERVICO AUTON DE AGUA E ESGO - SAAE

Funcional: 17.512.0020.1719.0000 Elaboração de Projeto básico e executivo de readequação das E

Cat. Econ.: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS – PESSOA JURIDICA

Cód. Aplicação: 110.000

Reserva de Saldo nº 10

Valor reservado: R\$ 1.143.817,25 (um milhão, cento e quarenta e três mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos)



Unidade: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

Funcional: 17.512.0020.1719.0000 Elaboração de Projeto básico e executivo de readequação das E

Cat. Econ.: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Cód. Aplicação: 110.000

Reserva de Saldo nº 11

Valor reservado: R\$ 82.515,35 (oitenta e dois mil, quinhentos e quinze reais e trinta e cinco centavos).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026

Contrato nº XX/2026

Contratante : SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE COMBATE ÀS PERDAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DE PEDREIRA.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*):

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:



CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscalização do contrato

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Instrução do processo

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Formalização do contrato

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



ANEXO V - ESPECIFICAÇÕES DA NOTA TÉCNICA

PROPOSTA TÉCNICA

A Proposta técnica da licitação deverá ser o conjunto de documentos e de informações apresentadas em uma única via, de maneira detalhada, com clareza, objetividade e coerência das informações e atendimento às especificações do Termo de Referência, constando no mínimo, os itens descritos a seguir, para fins de pontuação.

Para maior facilidade de avaliação das mesmas, sugere-se que seja elaborada com máximo de 100 (cem) páginas (anverso da folha), no formato A4 (ABNT), tamanho de fonte compatível com Arial 12.

Eventuais desenhos e ilustrações, quando apresentados em páginas separadas dos textos, deverão estar no formato A4 ou A3 e serão computados como páginas.

Na análise e avaliação das Propostas Técnicas serão atribuídas as Notas Técnicas (NTs 1, 2 e 3), que irão variar de 0 a 100, constituídas pelos seguintes tópicos e respectivas notas máximas:

- A.1.1- Conhecimento do problema e Plano de Trabalho: (NT1) Nota máxima = 20 pontos;

- A.1.2- Experiência da Empresa: (NT2) Nota máxima = 40 pontos;

- A.1.3- Experiência da Equipe Técnica Chave: (NT3) Nota máxima = 40 pontos.

A.1.1 - Conhecimento do Problema e Plano de Trabalho

Será atribuída a nota NT1 de até 20 pontos, à Licitante que respeitar as especificações previstas no Termo de Referência, devendo demonstrar tecnicamente o conhecimento do problema, com enfoque no escopo do trabalho, evidenciando cada fase que envolve a realização dos projetos, abordando os seguintes itens:

A.1.1.1 –Conhecimento do Problema: Descrição do atual sistema de esgotamento sanitário de Pedreira, com ênfase nas estações elevatórias de esgoto, apresentando dados técnicos e níveis de atendimento e cobertura dos serviços à população no município, incluindo os indicadores. Neste item também deverão ser apresentadas as principais dificuldades do sistema de esgotamento sanitário e os desafios em virtude do crescimento populacional que irá ocorrer no município. Deverão ser apresentadas soluções evidenciadas pela experiência da empresa licitante em operações em outros municípios que proporcionam melhorias operacionais para estações elevatórias de esgoto (até 10,00 pontos);

A.1.1.2 – Plano de Trabalho: Deverá ser apresentado a metodologia de como serão realizadas cada atividade a ser executada, descrevendo os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para cada produto a ser desenvolvido. Neste documento também deverá ser apresentada a estrutura física existente na empresa, bem como a equipe técnica com a sua respectiva qualificação que serão utilizadas para cada atividade descrita no Termo de Referência (até 10,00 pontos);

A **NT1** atribuída ao item A.1.1, será obtida pela média ponderada de acordo com a avaliação dos subitens, adotando-se os critérios de **Notas** e **Pesos**, conforme mostra a Tabela 12.1. e adotando-se os critérios descritos abaixo e a **Fórmula 1**.

- Critérios para Atribuição das Notas dos Subitens (NA.1.1.1 e NA.1.1.2) (1)

(i) **Não apresentado:** Serão enquadrados nesta qualificação as propostas que não apresentarem descrição sobre os itens solicitados nos itens A1.1.1. e A1.1.2.

(ii) **Apresentação incompleta:** Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais as empresas que apresentarem as proposições mínimas requeridas, mas não apresentarem proposições ou organização no sentido de propiciar um aperfeiçoamento perceptível de um conhecimento diferencial dos problemas que apontem para melhorias.

(iii) **Apresentação completa:** Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais as empresas que apresentarem as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados.

Tabela 12.1. Critério de Pontuação para o Quesito Conhecimento do Problema



Subitens	NT1 Máxima	Critério para atribuição das Notas dos Subitens (NA1.1.1 e NA1.1.2) ¹			Pesos Atribuídos a cada Subitem	
		Não Apresentado	Apresentado Incompleto	Apresentação Completa	P A1.1.1	P A1.1.2
A.1.1.1 e A.1.1.2	20,0	0,0	5,0	10,0	10,0	10,0

(1) - Notas máximas a serem atribuídas a cada subitem para composição da NT1

Fórmula 1: $NT1 = [(NA.1.1.1 \times PA1.1.1) + (NA.1.1.2 \times PA1.1.2)] / 10$

A.1.2 – Experiência da Empresa

Será atribuída a nota **NT2** (40 pontos) calculada pela pontuação dos atestados técnicos devidamente acervados emitidos por pessoa jurídica em nome da empresa licitante, conforme pontuação apresentada na Tabela 12.2.

Tabela 12.2. Pontuação para obtenção da nota da experiência da empresa (NT2)

Item	Descrição	Quantidade de Atestado	Pontuação por atestado	Pontuação Total
1	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação com experiência comprovada através de estudos de avaliação da qualidade de energia em unidades que possuem equipamentos eletromecânicos em saneamento	01	10,0	10,00
2	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação com experiência comprovada de elaboração de projetos executivos em estações elevatórias de esgoto	02	5,0	10,00
3	Engenheiro Civil com experiência em elaboração de projetos de estações elevatórias de esgoto	01	10,0	10,00
4	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico com experiência em elaboração de estudos de energia reativas e proposição de melhorias corretivas visando a eficiência energética	01	10,0	10,00
Total				40,00

* - os atestados descritos em um determinado item não poderão ser utilizados para comprovação em outros itens desta tabela.

Fórmula 3: $NT2 = \text{Soma dos valores apresentados na Tabela 12.2.}$

A.1.3 - Experiência da Equipe Técnica

A nota **NT3** (40 pontos) será calculada com os três subitens seguintes.



A.1.3.1.1 - Experiência do Responsável Técnico

O engenheiro alocado pela Licitante para atuar como Responsável Técnico no desenvolvimento do objeto desta contratação deverá apresentar, além do Termo de Compromisso, o seu *curriculum vitae* devidamente atualizado. A experiência do Responsável Técnico, representado por 2 (dois) profissionais, deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, acompanhada pelo atestado emitido pelo contratante titular, pessoa jurídica de direito público ou privado, onde o profissional figure como Coordenador ou Responsável Técnico.

Os dois profissionais a serem apresentados são:

- 01 profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental;
- 01 profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica.

Será considerado apenas um profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica (Itens 1, 2 e 4 da Tabela) e um profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental (Item 3 da Tabela). Não poderão ser apresentados mais profissionais para as pontuações descritas na sequência.

A nota **NT3a** será atribuída de acordo com a seguinte Tabela.

Tabela 12.3. Notas para Experiência Comprovada do Responsável Técnico (NT3a)

Item	Descrição	Quantidade de Atestado	Pontuação por atestado	Pontuação Total
1	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação com experiência comprovada através de estudos de avaliação da qualidade de energia em unidades que possuem equipamentos eletromecânicos em saneamento	1	10,0	10,0
2	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico com experiência comprovada de elaboração de projetos executivos em estações elevatórias de esgoto	2	5,0	10,0
3	Engenheiro Civil com experiência em elaboração de projetos de estações elevatórias de esgoto	1	10,0	10,0
4	Engenheiro elétrico ou engenheiro de automação ou engenheiro mecatrônico com experiência em elaboração de estudos de energia reativas e proposição de melhorias corretivas visando a eficiência energética	1	10,0	10,0
Total				40,00

Obs: Para os itens 1, 2 e 4 deverá ser apresentado apenas um único profissional formado em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Automação ou Engenharia Mecatrônica. Já para o item 3 deverá ser apresentado um único profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental.

A.1.3.1.2 - Experiência da Equipe Técnica de Nível Superior (NT3b)

A nota **NT3b** será atribuída de acordo com a seguinte Tabela 12.4. conforme tempo de formação dos profissionais, como são dois profissionais, será necessário tirar a média dos profissionais para obter a pontuação final.



Tabela 12.4. Notas para Experiência Comprovada pelo Tempo de Formado do Profissional

Tempo de Formação (anos)	Nota Máxima NT3b
Maior ou igual a 10	10
Maior ou igual a 05 até 10	7,5
Menos de 5	5

A.1.3.1.3 - Formação Acadêmica da Equipe Técnica (NT3c)

A formação acadêmica dos profissionais que estarão destacados para a realização dos trabalhos terá pontuação de até 10 pontos, como são dois profissionais, será necessário tirar a média dos profissionais para obter a pontuação final.

A nota **NT3c** será atribuída de acordo com a seguinte Tabela 12.112.5.

Tabela 12.1. Atribuição de Pontuação da Formação Acadêmica para cálculo da nota NT3c.

Formação Acadêmica	Pontuação Máxima
Graduação	1
Especialização	5
Mestrado	7
Doutorado	10

Será atribuída uma nota **NT3** à Licitante, obtida pela Fórmula 3, a seguir, obtida pela soma das notas dos três subitens, adotando-se os critérios de notas e pesos, a seguir descritos, considerando os seguintes pesos: P3a = 20; P3b = 10 e P3c = 10. Será adotado a nota do NT3 como sendo a média dos dois profissionais solicitados.

$$\text{Formula 3: NT3} = [(NT3a \times P3a) + (NT3b \times P3b) + (NT3c \times P3c)]/10$$

A Pontuação Técnica da Licitante (**PTL**), será obtida pela somatória das notas técnicas NT1 a NT3, sendo aplicada a Fórmula 4, conforme a seguir:

$$\text{Fórmula 4: PTL} = \sum NTn / 10;$$

onde:

- **PTL** = Pontuação Técnica da Licitante;
- **NTn** = Nota Técnica de cada item da Proposta técnica.

Para o cálculo das pontuações, em todas as operações, serão consideradas apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações.

Serão desclassificadas as LICITANTES que:

- Obter nota zero em qualquer dos itens apresentados ou no caso de não apresentação do mesmo;
- Não cumprirem as exigências contidas neste EDITAL ou se subordinem a qualquer condição não prevista;
- As Propostas Técnicas que não atingirem o mínimo de 6 (seis) pontos na Pontuação Técnica da Licitante (PTL), serão desclassificadas.

PROPOSTA COMERCIAL

Será atribuída a nota **NC = 10** à Proposta Comercial da Licitante que apresentar o menor **VALOR TOTAL**, na Carta Proposta Comercial. As notas das demais Propostas serão pontuadas proporcionalmente, na razão inversa do menor **VALOR TOTAL** ofertado, de acordo com a seguinte fórmula 5:

$$\text{Fórmula 5: NC} = 10 (V_{\min}/V);$$

onde:



NC = Nota Comercial da Licitante;

Vmin = Menor **VALOR TOTAL** dentre todas as Licitantes classificadas;

V = **VALOR TOTAL** apresentado pela Licitante.

O julgamento e classificação das propostas será realizada por Equipe Técnica, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº L14133, para o tipo "Técnica e Preço", com a atribuição de pontos às diversas partes da "PROPOSTA TÉCNICA" e à "PROPOSTA DE PREÇO".

Serão desclassificadas as propostas que:

- não estejam de forma clara e explícita, em perfeita concordância com os itens do presente edital;
- não atendam às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável ao objeto licitado;
- o preço ofertado for menor que 75% do valor orçado como base do presente processo licitatório.

PONTUAÇÃO FINAL

A Nota Final da Proposta (**NFP**) será obtida fórmula 6, onde a nota técnica representa o peso de 70% e o preço representa o peso de 30%:

Fórmula 6: $NFP = x.PTL + y.NC$

onde:

- x é o peso da Nota Técnica = 7;
- y é o peso da Nota Comercial = 3;
- NC = Nota Comercial da Licitante;
- PTL = Pontuação técnica da Licitante.

Para o cálculo de NFP, somente serão consideradas duas casas decimais, em todas as operações, desprezando-se as demais, sem quaisquer aproximações, como efetuado para os cálculos da Notas Técnicas e Comerciais.

Em caso de empate das propostas, obedecidos os critérios legais de desempate, a decisão se dará por sorteio, realizado em ato público, para o qual as licitantes interessadas serão devidamente convocadas.



ANEXO VI – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Os documentos complementares para formulação da proposta e plano de trabalho estão disponíveis no link abaixo:

https://drive.google.com/drive/folders/1v06Cxpt8Vdy9Krb3Km2EW_Cqdlpvr7FR?usp=sharing

Quaisquer dúvidas referente ao downloads dos documentos, poderá entrar em contato via email licitacao@saaepedreira.com.br ou telefone (19) 3852-4653.